



Cuidar de quem cuida

Uma agenda urgente
pelas famílias no Brasil

Versão completa

family **talks** 

2022

Este material foi concebido e produzido por Family Talks, uma ONG que mobiliza governos, empresas e sociedade no enfrentamento dos desafios que têm tornado cada vez mais difícil a missão de ser família, o que se convencionou chamar de Crise do Cuidado.

Pesquisa

Rodolfo Canônico
Letícia Barbano
Amanda Oliveira

Diagramação

André Cordeiro

Agradecimentos

Grazielli Pozzi

Imagens

Pexels



Para conhecer o nosso trabalho, acesse:
www.familytalks.org

Rua Sergipe, 475, conj. 110, Consolação
São Paulo – SP CEP 01228 100
+55 (11) 2626 4786
contato@familytalks.org



Índice

Introdução	08
Estrutura de nossa agenda de propostas	13

trabalho&renda

Eixo 1 – Trabalho digno e proteção da renda familiar	15
Cenário brasileiro: renda e trabalho	15
O impacto da falta de renda nas famílias	18

Prioridade 1 – Melhores condições de trabalho para quem tem ou quer formar família	21
Problema 1: Altos índices de trabalho informal para quem tem família, especialmente para mulheres	22
Solução 1: Facilitar o processo para formalização dos trabalhadores	22
Problema 2: Dificuldade de permanência e inserção no mercado de trabalho para mães	23
Solução 1: Criar programas públicos e privados de <i>returnship</i> (retorno ao trabalho)	24
Solução 2: Disponibilizar banco de empregos para recolocação profissional de mães em situação de vulnerabilidade social	26
Solução 3: Oferecer incentivos fiscais para contratação de cuidadores afastados do mercado de trabalho	28

Solução 4: Consolidar o teletrabalho e incentivar a flexibilização de jornadas	29
Prioridade 2 – Proteção da renda familiar	32
Problema 1: Regressividade tributária, que penaliza desproporcionalmente famílias de menor renda	33
Solução 1: Restituir imposto de bens e serviços (IBS) para famílias de baixa renda	33
Problema 2: Tributação inadequada da renda do núcleo familiar	35
Solução 1: Elaborar e implementar modelo de imposto de renda familiar a partir da técnica de splitting familiar	35
Solução 2: Incluir o tempo de cuidado materno no cálculo de aposentadoria da mulher	37

vínculos&educação

Eixo 2 – Fortalecimento de vínculos familiares e prevenção	39
Cenário: vínculos familiares e problemas sociais ...	40
Desafios de casa (privados), desafios da sociedade (públicos)	42
Prioridade 3 – Promoção da convivência familiar	45
Problema 1: A obesidade infantil está em alta e possui relação com os hábitos familiares; a subnutrição ainda persiste e também apresenta essa relação com a vida familiar	46

Solução 1: Promover programas de educação alimentar que envolvam as famílias e sua rede de apoio	46
Problema 2: O uso excessivo de telas acarreta diversos problemas de saúde física e mental e, no caso das crianças, possui relação com dinâmica familiar..	48
Solução 1: Promover ações para reduzir o uso do tempo de telas em crianças	49
Solução 2: Oferecer programas de educação parental para promover a redução do uso de telas por crianças	50
Prioridade 4 — Prevenção de riscos a partir da família	52
Problema 1: Vínculos familiares fragilizados e situações de vulnerabilidade estão diretamente relacionados com evasão escolar, abuso de substâncias químicas, violência doméstica, e delinquência juvenil	53
Solução 1: Envolver as famílias na vida escolar das crianças através de programas ou práticas desenvolvidas na escola	54
Solução 2: Implementar ações de educação parental para prevenir comportamentos violentos na adolescência e juventude	56
Solução 3: Disponibilizar programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas escolas	58
Solução 4: Disponibilizar programas de habilidades socioemocionais para adultos e casais ...	60
Solução 5: Disponibilizar programa de orientação afetiva para adolescentes	61

Solução 6: Disponibilizar programa que aplicam técnicas da ciência da prevenção, tal como <i>Communities that Care</i> (CTC)	63
Solução 7: Ofertar serviços de saúde mental baseados na família	64

apoio ao cuidado

Eixo 3 — Apoio público ao cuidado	66
Um futuro que envelhece	67
Uma infraestrutura de cuidado	69

Prioridade 5 — Ampliação da rede de apoio para cuidar de crianças	71
Problema 1: Promover a ampliação de creches e formação de crecheiros	72
Solução 1: Disponibilizar programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas escolas	72
Solução 2: Ampliar a oferta de equipamentos públicos para lazer das famílias	74
Problema 2: Sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado sobre as mulheres devido à falta de rede de apoio e envolvimento masculino	75
Solução 1: Garantir tempo adequado de licença paternidade	76
Solução 2: Criar campanhas que incentivem maior participação masculina nas tarefas domésticas e de cuidado	78

Solução 3: Ampliar o rol de indicadores públicos sobre cuidado	80
Solução 4: Promover a licença parental no Brasil para maior tempo com filhos recém-nascidos ou adotados	81
Solução 5: Facilitar o acesso às licenças paternidade e maternidade estendidas	83
 Prioridade 6 – Garantia de cuidado adequado aos idosos	85
Problema 1: Falta de investimento público na infraestrutura de cuidado que impacta na oferta de serviços de apoio para idosos (como centros-dia e instituições de longa permanência)	86
Solução 1: Desenvolver e implementar um modelo de cuidado multinível para idosos	87
Solução 2: Elaborar uma política nacional de cuidado baseada na comunidade	89
Solução 3: Implementar um fundo público de seguridade para o acesso ao cuidado	91
Solução 4: Ampliar a oferta de cursos e formação para cuidadores	92
Solução 5: Definir a cobertura necessária para infraestrutura de cuidado para idosos	94
 Conclusão	96
Bibliografia	100



Introdução

Por mais trivial que possa parecer, o cuidado pode ser considerado, sob diferentes aspectos, a principal atividade social. ‘Receber cuidado’ é uma necessidade de todas as pessoas: em muitos momentos da nossa vida, da infância à terceira idade, somos dependentes do cuidado que recebemos. A própria ‘garantia de direitos’ pressupõe a provisão adequada de cuidados para todas as pessoas¹. Para além dessa compreensão, ‘ser cuidado’ é elemento fundamental para o bem-estar pessoal.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as atividades de cuidado possuem duas dimensões²:

- Diretas, por exemplo, alimentar e dar banho em um bebê;
- Indiretas, como limpeza da casa ou fazer compras no supermercado.

Os efeitos do cuidado transcendem a esfera pessoal-privada e impactam significativamente o desenvolvimento da sociedade. Afinal, “o cuidado é necessário para a existência e reprodução das sociedades e da força de trabalho”³ e, nesse sentido, cumpre uma função social essencial.

Também é relevante destacar que o cuidado é estabelecido em uma **relação** entre duas pessoas: o cuidador, que é o provedor do cuidado, e quem o recebe — principalmente **crianças, pessoas com deficiência e idosos**. Essa pode ser tanto a relação de uma mãe com seu filho, como a de um profissional com uma pessoa idosa com limitações para realizar atividades da vida diária. Essa relação poderá ou não ser remunerada.

No caso dos países da América Latina, a maior parte das tarefas de cuidado são realizadas pelas famílias. E, dentro das famílias, tais atividades recaem principalmente sobre as mulheres. No Brasil, as mulheres dedicam a tarefas domésticas e de cuidado 21,4 horas semanais enquanto homens dedicam 11 horas⁴. Em outras palavras, as mulheres dedicam o dobro do tempo que os homens para o trabalho de cuidado não-remunerado.



Como consequência, 85% das pessoas com deficiência são cuidadas por mulheres nas famílias pobres⁵ e 75% dos idosos que necessitam de cuidado estão sob a responsabilidade de mulheres². É bastante frequente que mulheres precisem deixar o mercado de trabalho para realizar essas tarefas: de acordo com o IBGE, **uma em cada cinco mulheres das que não buscam emprego⁶ está nesta situação porque precisa cuidar de sua casa ou de algum parente** (filhos ou outros)⁷. Ademais, é amplamente conhecida a realidade da chamada “penalidade da maternidade” no mercado de trabalho, ou seja, as consequências negativas impostas à carreira profissional das mulheres que decidem ter filhos. No Brasil, um conhecido estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que “(...) após 24 meses quando voltam da licença maternidade, quase metade das mulheres está fora do mercado de trabalho”⁸.

Essa realidade, que na prática é um dos aspectos da falta de equidade de gênero na sociedade, está relacionada com a falta de apoio público ao cuidado. **No Brasil, 82,4% dos lares realizam o cuidado sem contar com apoio externo⁹**. Além do mais, o país investe pouco mais de 2% do PIB no cuidado, enquanto que países como a Colômbia investem mais de 4%¹⁰. Ou seja, a maior parte das famílias brasileiras não recebe nenhum apoio externo para realizar o cuidado, e o país investe pouco para dar suporte a essas atividades.

Essa **falta de apoio público ao cuidado** acaba por penalizar, de modo particular, as famílias mais pobres que não possuem renda suficiente para contratar serviços de apoio

para tanto. Em certo sentido, essa sobrecarga de trabalho com o cuidado é uma das dimensões da pobreza no Brasil.

Na prática, a questão que se levanta é a seguinte: **o que é, especificamente, o investimento público no cuidado?**

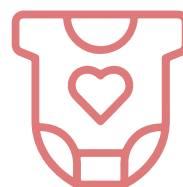
Vale destacar que tal investimento deverá estar apoiado em um tripé:



Reconhecer
o trabalho
doméstico
não-remunerado



Redistribuir
esse trabalho,
para diminuir a
pressão sobre
as famílias



Reduzir o
tempo gasto
com cuidado

Quanto ao **reconhecimento**, trata-se não só de envolver toda a opinião pública e sociedade civil com o assunto, como de promover ações públicas efetivas para tanto. Por exemplo, promover pesquisas sobre uso do tempo doméstico, com maior abrangência, para entender com mais detalhes os desafios que as famílias enfrentam para cuidar.

Redistribuir e **reduzir** o tempo que as famílias dedicam ao cuidado são as dimensões essenciais para haver apoio público neste ponto. Isso deve incluir:



- Existência de infraestrutura adequada para apoiar o exercício do cuidado. No caso de crianças, creches; no caso de idosos, centros-dia e instituições de longa-permanência.
- Existência de profissionais capacitados para atender a demanda desses serviços.
- Garantia de tempo de qualidade para as famílias, o que inclui licenças laborais e outras.

É importante reforçar: famílias de classes média e alta têm condições de contratar serviços privados para atender essas necessidades, mas isso é **impossível** para 82% das famílias brasileiras⁹. O único caminho viável para isso é garantir a ampliação do apoio público ao cuidado.

Este é o cenário que justifica a existência de Family Talks. Acreditamos que **está cada vez mais difícil ser família no Brasil**, e a causa dessa triste realidade é a falta de apoio público ao cuidado — ou o que se convencionou chamar Crise do Cuidado. Por isso, mobilizamos empresas, sociedade e governo para que promovam o apoio de que as famílias precisam para funcionar e cuidar de todas as pessoas.

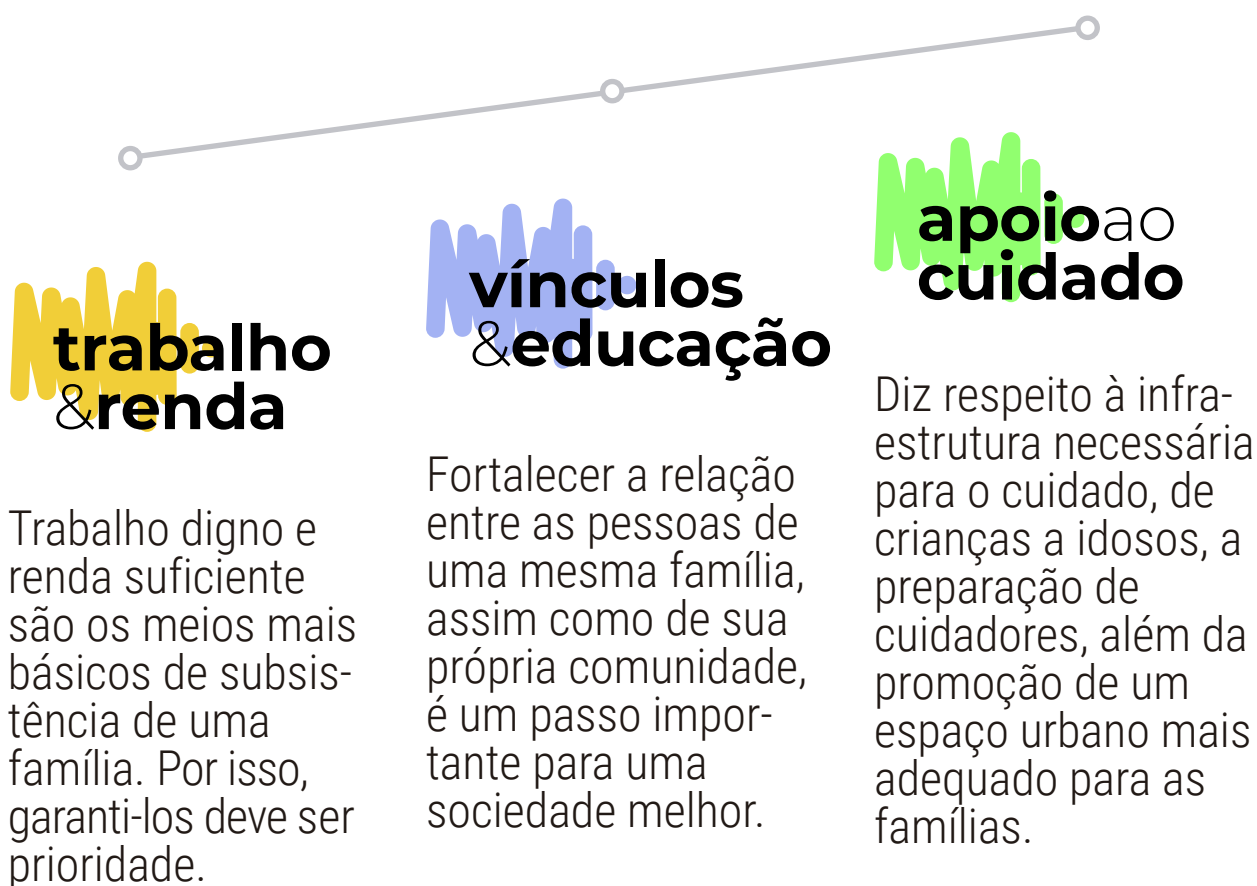
Estrutura de nossa agenda de propostas

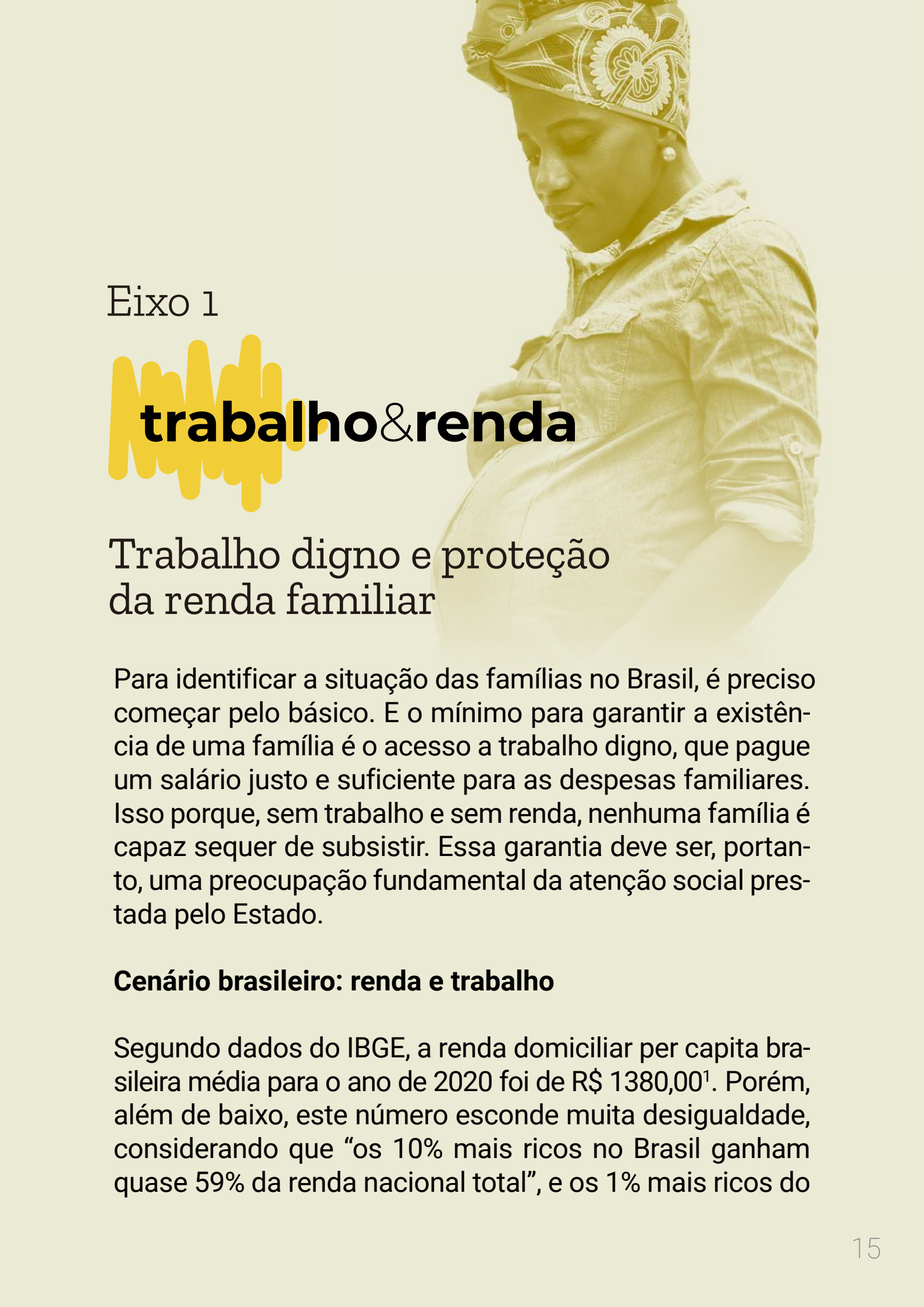
A infraestrutura de um país é fundamental para que tudo funcione. O mesmo acontece com as pessoas: quando elas encontram apoio para desenvolver-se e fortalecer seus vínculos comunitários, tudo vai bem. Quando a família recebe apoio para desenvolver-se em esferas como trabalho, educação, renda e saúde, por consequência, toda a sociedade é beneficiada com pessoas mais preparadas para assumir seus papéis como cidadãos.



Assim, estruturamos esta agenda de propostas em **três eixos-base** para a construção de uma sociedade indutora do desenvolvimento familiar. Trata-se de uma estrutura progressiva, que trata desde das condições básicas de subsistência para as famílias, passando pelo aumento da autonomia e funcionalidade familiar e culminando com a proposta de ampliação do apoio público para as famílias exercerem suas funções de cuidado.

A premissa fundamental é o reconhecimento da importância das tarefas de cuidado realizadas pelas famílias para, assim, efetivamente apoiá-las no exercício dessa responsabilidade. Além disso, considerando que investir nas famílias pode ser considerada a melhor estratégia de proteção social, são apresentadas uma série de iniciativas de fortalecimento de vínculos familiares com essa finalidade.





Eixo 1

trabalho&renda

Trabalho digno e proteção da renda familiar

Para identificar a situação das famílias no Brasil, é preciso começar pelo básico. E o mínimo para garantir a existência de uma família é o acesso a trabalho digno, que pague um salário justo e suficiente para as despesas familiares. Isso porque, sem trabalho e sem renda, nenhuma família é capaz sequer de subsistir. Essa garantia deve ser, portanto, uma preocupação fundamental da atenção social prestada pelo Estado.

Cenário brasileiro: renda e trabalho

Segundo dados do IBGE, a renda domiciliar per capita brasileira média para o ano de 2020 foi de R\$ 1380,00¹. Porém, além de baixo, este número esconde muita desigualdade, considerando que “os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total”, e os 1% mais ricos do

Brasil detém 48,9% da fortuna patrimonial do país². Por outro lado, cerca de 29,1% da população vive com menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, enquanto que cerca de 24,1% da população (em torno de 50 milhões de pessoas) vive com menos de US\$ 1,90 por dia, e 5,7% (12 milhões) estão na extrema pobreza³. A falta de acesso a empregos dignos, bem como a desigual distribuição de renda que existe no Brasil, contribuem extensivamente para o aumento da pobreza⁴.

O fenômeno da pobreza é complexo e multicausal, tendo relação direta com a falta de saneamento básico, baixo nível educacional e condições precárias de moradia, podendo ser agravado por eventos diversos (como conflitos políticos e mudanças climáticas). Aspectos da urbanização também são relevantes nesse contexto, causando precarização das condições de vida de boa parcela da população.



Muitas pessoas que não conseguem um emprego formal – seja por não terem nível educacional exigido pelos postos, seja por outros motivos – acabam se encaminhando para a informalidade. Entre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 38,8% (ou 33,6 milhões) são trabalhadores informais⁵. Essas pessoas não estão contribuindo com a previdência social para uma aposentadoria no futuro, nem estão sob os resguardos básicos das leis trabalhistas, como férias, 13º salário, fundo de garantia, auxílio doença e seguro desemprego. Para jovens a conjuntura é desafiadora: cerca de 76,6% da população ocupada abaixo de 24 anos está em trabalhos vulneráveis⁶.

Entretanto, a situação é mais grave para mulheres, que tendem a sair do mercado de trabalho para terem filhos⁷. Se estão informais, não terão direito à licença maternidade. Quando, por outro lado, estão no mercado formal, cerca de 51% das mulheres de baixa escolaridade são demitidas sem justa causa em até 12 meses após o início da licença maternidade⁸. A partir daí, se tornam trabalhadoras informais e podem permanecer nessa condição⁷. A maioria das famílias de baixa renda (62,6%) é composta por mulheres com filhos e sem cônjuge, e o impacto social dessa dinâmica do mercado laboral na perpetuação da pobreza é significativo⁹. A questão que se levanta é: Por que muitas mães não conseguem se manter no mercado de trabalho, especialmente se este for formal? É aí que dados sobre cuidado e trabalho se cruzam.

As mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado¹⁰ e isso impacta diretamente sua inserção e permanência no mercado de trabalho. A

falta de apoio público ao cuidado influencia enormemente nessa situação, o que leva a população feminina, especialmente a mais pobre, a continuar sem acesso a trabalhos dignos no mercado formal, frequentemente ocupadas em atividades de baixa remuneração.

O impacto da falta de renda nas famílias

Para se ter uma ideia do impacto da relação renda e cuidado, basta analisar que famílias com renda de 8 ou mais salários mínimos gastam em média R\$4,5 mil reais mensais com cuidado e educação dos filhos, enquanto que para famílias com menos de 2 salários mínimos esse valor é de R\$ 956,00¹¹. É um ciclo que reforça a pobreza e desigualdade social: famílias pobres têm menos acesso a trabalhos dignos, fazendo com que continuem com renda baixa. Evidentemente, isso impacta no cuidado e educação dos filhos e estes, por sua vez, terão maior dificuldade de sair da pobreza. Segundo a OCDE, os 10% mais pobres do Brasil levariam cerca de 9 gerações para atingir o rendimento médio do país¹².





Com relação à renda das famílias, há dois pontos para serem considerados. O primeiro é notório: a eficácia dos programas de transferência de renda para a erradicação da pobreza, já consagrados no Brasil. Uma das características desses programas, que lhes conferem eficiência, é a outorga para a própria família decidir como alocar os recursos. Atualmente, países como a Itália, que enfrentam graves problemas em função da baixa taxa de natalidade, passaram a fazer programas de transferência de renda universais para quem tem filhos¹³, em substituição às deduções de imposto de renda e outras. Outros países possuem incentivos nessa linha, tais como a Polônia¹⁴ e Estados Unidos, que durante a pandemia criaram benefícios para famílias com filhos¹⁵.

Outro aspecto importante na proteção da renda das famílias é a tributação. A carga tributária do país está acima da média da OCDE, o que gera muitos questionamentos quanto à eficiência do gasto público. Ao se considerar especificamente a questão das famílias, dois problemas se destacam: em primeiro lugar, a pesada carga tributária

sobre bens e serviços, regressiva por natureza, que proporcionalmente afeta mais negativamente o poder aquisitivo das famílias mais pobres. Em segundo lugar, a dinâmica do imposto de renda que é, no Brasil, ineficiente, penalizando as pessoas que decidem casar e ter filhos. Essa dinâmica contraria o preceito da “proteção especial da família”, previsto no Art. 226 da Constituição Federal. Além do mais, a maneira como as deduções estão pensadas são por um lado insuficientes para muitas famílias, e por outro dão margem a abusos — especialmente nas deduções por saúde, que acabam por ser regressivas ao beneficiar desproporcionalmente contribuintes de alta renda. Garantir uma adequada tributação é uma maneira efetiva de proteger a renda das famílias.

Em suma, não há como promover avanços sociais no país sem atenção à garantia de trabalho digno e proteção da renda familiar. Trata-se de pressuposto fundamental para enfrentar a mazela da pobreza. Apesar da complexidade do fenômeno, multicausal como já apontado anteriormente, focalizar a atenção nas famílias pode ser uma estratégia vencedora para pensar políticas públicas, como demonstrado. Não apenas nos contextos de transferência de renda — como já é feito em todo o mundo —, mas também nas políticas tributária e de promoção do trabalho digno, considerando suas intersecções com as dinâmicas de cuidado.

Melhores condições de trabalho para quem tem ou quer formar família

PROBLEMAS

- Altos índices de trabalho informal para quem tem família, especialmente para mulheres;
- **Evidência:** 54,6% das mulheres entre 25 e 49 anos de idade, mães de crianças de até 3 anos, estão ocupadas; ao passo que esse número salta para 67,2% quando não são mães¹. Muitas mulheres que saem do trabalho formal para terem filhos continuam na condição da informalidade²;
- Dificuldade de permanência e inserção no mercado de trabalho para mães;
- **Evidência:** cerca de 51% das mulheres de baixa escolaridade são demitidas sem justa causa em até 12 meses após o início da licença maternidade³;
- Durante a pandemia, houve demissão em massa de mães e, no Brasil, a porcentagem de mulheres ocupadas (trabalhando) no final de 2020 foi de 45,8%, a taxa mais baixa desde 1990⁴.

PROPOSTAS

PROBLEMA 1

Altos índices de trabalho informal para quem tem família, especialmente para mulheres

Eixo 1

Prioridade 1

Problema 1

SOLUÇÃO 1

Facilitar o processo para formalização dos trabalhadores

DESCRIÇÃO

Facilitar a formalização de trabalhadores informais por meio da abertura de MEI (Microempreendedor Individual) pode ampliar o rol de benefícios dessas pessoas, como direito à aposentadoria, à afastamento por doença e também à licença maternidade e paternidade remunerada com um salário mínimo. Todavia, muitos trabalhadores não se formalizam pela dificuldade de criar MEI, emitir notas e pagar mensalmente o DAS (imposto unificado). **O SEBRAE possui uma iniciativa gratuita de orientação e facilitação desse processo.**

RESULTADOS

- Diminuição dos índices de trabalhadores informais;
 - Ampliação do acesso às licenças paternidade e maternidade.
-

LINKS

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/serie-mei-passo-a-passo-para-formalizacao,a195c80ded253510VgnVCM1000004c00210aRCRD>

PROBLEMA 2

Dificuldade de permanência e inserção no mercado de trabalho para mães



Criar programas públicos e privados de *returnship* (retorno ao trabalho)

DESCRIÇÃO

Retorno ao trabalho e Apoio para Contratação são programas que contam com mentoria, treinamento e acompanhamento para mães que retornam ao mercado de trabalho e empresas que empregam essas mães. Há um período de experiência (como qualquer contrato CLT) para ver se há uma adaptação de ambas as partes. É voltado para mães que ficaram afastadas do mercado de trabalho por conta do cuidado com os filhos, mas também pode ser aplicado para mães que acabaram de voltar da licença maternidade e não se sentem preparadas para reassumir o posto de trabalho. Para ambos, o retorno ao trabalho é gradual, com flexibilidade e apoio em forma de mentoria. Há hubs e startups que fazem o trabalho de mentoria/acompanhamento e/ou banco de talentos.

ONDE JÁ EXISTE



Reino Unido (Inglaterra, Escócia e Irlanda),
Austrália

RESULTADOS

- Aumento da diversidade na organização;
- Promoção de inclusão de mulheres;
- Maior comprometimento e engajamento por parte de mães;
- Diminuição da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

LINKS

Governo do Reino Unido

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/685064/Returner_Programmes_-_Best_Practice_Guidance_for_Employers.pdf

Governo da Austrália

<https://www.dese.gov.au/employing-and-supporting-women-your-organisation/supported-returner-program>



Eixo 1

Prioridade 1

Problema 2

SOLUÇÃO 2

Disponibilizar banco de empregos para recolocação profissional de mães em situação de vulnerabilidade social

DESCRIÇÃO

Parceria entre iniciativa pública e privada a fim de promover a **autonomia e inserção/reinserção profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade e violência**. O ideal é que haja acompanhamento e mentoria por parte de serviços públicos de saúde e assistência social (SUS/SUAS), de maneira a garantir que o ciclo de violência seja quebrado. Também a iniciativa **Entre Elas** atende gratuitamente mulheres em situação de vulnerabilidade para que sejam inseridas no mercado de trabalho.

ONDE JÁ EXISTE



Cidade de São Paulo

RESULTADOS

- Diminuição da pobreza;
 - Diminuição do número de casos de violência doméstica;
 - Promoção de inclusão de mulheres no mercado de trabalho;
 - Diminuição da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.
-

LINKS

Projeto de Lei

[https://www.camara.leg.br/noticias/731750-projeto-cria-banco-de-empr
egos-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/](https://www.camara.leg.br/noticias/731750-projeto-cria-banco-de-empregos-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/)

Projeto “Tem Saída” da Prefeitura de São Paulo

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/
espaco_do_trabalhador/index.php?p=261692](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/espaco_do_trabalhador/index.php?p=261692)

Oferecer incentivos fiscais para contratação de cuidadores afastados do mercado de trabalho

DESCRIÇÃO

Incentivos fiscais para empresas que contratam pessoas afastadas por longos períodos de tempo do mercado de trabalho para cuidar de algum parente ou familiar. Recomenda-se que a reinserção seja gradual e, se possível, acompanhada por mentoria. São qualificados como cuidadores aqueles que prestaram cuidado para parentes, conhecidos ou familiares doentes, idosos ou com deficiência, ou ainda mães que se afastaram da profissão para cuidar dos filhos.



ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos (Wax Opportunity Tax Credit)

RESULTADOS

- Diminuição de vulnerabilidade social de grupos minoritários;
 - Aumento da diversidade na organização;
 - Diminuição dos índices de emprego informal;
 - Promoção de trabalho digno.
-

LINKS

Governo dos Estados Unidos

<https://www.irs.gov/businesses/small-businesses-self-employed/work-opportunity-tax-credit#targeted>

Eixo 1

Prioridade 1

Problema 2

SOLUÇÃO 4

Consolidar o teletrabalho e incentivar a flexibilização de jornadas

DESCRIÇÃO

A falta de flexibilidade de horários no trabalho é um dos impeditivos da permanência de mães em suas profissões. Neste sentido, incentivos para empresas adotarem

o teletrabalho (*home office*) também podem ser interessantes para promover a flexibilização. Para isso, é necessário uma consolidação deste segmento, com diretrizes nacionais sobre o tema, e criação de guia de ergonomia para teletrabalho/home-office (especialmente com dicas de exercícios, adaptação de mobiliário e aplicativos que auxiliem de alguma maneira os colaboradores). Para os que não podem adotar o teletrabalho, sugere-se maior incentivo para horários de entrada e saída flexíveis.

Por outro lado, também é importante incentivar a condução de pesquisas (nacionais e privadas) sobre o assunto, na tentativa de entender as demandas e preferências dos funcionários, e delinear assertivamente políticas públicas.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos, Austrália

RESULTADOS

- Maior satisfação e engajamento dos colaboradores;
- Promoção de maior envolvimento dos trabalhadores com sua família;
- Maior permanência de mulheres em suas profissões;
- Consequente diminuição da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

LINKS

Goergetown University

https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=pub_rep

Governo Americano – Ministério do Trabalho

<https://www.dol.gov/agencies/odep/program-areas/employment-supports/flexible-work-arrangements>

Governo Australiano

<https://www.wgea.gov.au/sites/default/files/documents/Developing-a-flexible-working-arrangements-policy.pdf>

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf



Proteção da renda familiar

PROBLEMAS

- Regressividade tributária, que penaliza desproporcionalmente famílias de menor renda;
- **Evidência:** Bens e serviços são tributados no Brasil em 18,8% do PIB, maior do que em qualquer país da OCDE, onde a média é de 11,6%¹;
- Tributação inadequada da renda do núcleo familiar;
- **Evidência:** O atual imposto de renda brasileiro não considera o contexto familiar ao calcular a tributação²;
- Constante aumento do custo de vida para cuidar dos filhos;
- **Evidência:** Famílias com renda de 8 ou mais salários mínimos gastam em média R\$ 4,5 mil reais mensais com cuidado e educação dos filhos, enquanto que para famílias com menos de 2 salários mínimos esse valor é de R\$ 956,00³.

PROPOSTAS

PROBLEMA 1

Regressividade tributária, que penaliza desproporcionalmente famílias de menor renda

Eixo 1

Prioridade 2

Problema 1

SOLUÇÃO 1

Restituir imposto de bens e serviços (IBS) para famílias de baixa renda

DESCRIÇÃO

Para mitigar efeitos da regressividade dos impostos sobre bens e serviços, é possível restituir mensalmente o IBS [imposto sobre bens e serviços] pago por um integrante de família de baixa renda. O monitoramento é realizado através do Cadastro Único de Programas Sociais ou outro sistema que venha a ser estabelecido para acompanhar a situação econômica de pessoas de baixa renda.

Em resumo, mensalmente o cartão possuído pela pessoa habilitada é creditado pelo montante de IBS que ela pagou em compras realizadas no mês anterior. Para limitar o benefício a pessoas de baixa renda, deverá haver um limite de compras que geram crédito.

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Identificação das pessoas necessitadas do tratamento do benefício, limitando a baixa renda;
- Gradação do benefício de devolução do IBS para dar maior progressividade:
 - 90% nos primeiros R\$ 250 de compras no mês;
 - 60% de compras maiores de R\$ 250, mas não excedentes de R\$ 500;
 - 30% de compras superiores a R\$ 500, mas não excedentes de R\$ 750 no mês;
- Limitação do custo do programa (renúncia tributária) em comparação com métodos de isenção, alíquota reduzida ou transferências financeiras;
- Respeito a soberania do consumidor, que gozará da isenção qualquer que seja o bem ou serviço que consuma;
- Estímulo à compras em estabelecimentos integrados na economia formal, favorecendo a inclusão tributária e contribuindo para a redução da economia informal.

LINKS

Centro da Cidadania Fiscal. Exoneração do IBS para Famílias de Baixa Renda. Versão 3. São Paulo: CCiF, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/p4pY9W> Acesso em 25 de Maio de 2022.

PROBLEMA 2

Tributação inadequada da renda do núcleo familiar

Eixo 1

Prioridade 2

Problema 2

SOLUÇÃO 1

Elaborar e implementar modelo de imposto de renda familiar a partir da técnica de splitting familiar

DESCRIÇÃO

A fim de garantir uma tributação justa a partir da capacidade contributiva de cada núcleo familiar, a adoção de modelo de splitting familiar para o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) considera a configuração familiar (dependentes) para fins de base de cálculo.

Haverá um teto de limitação do benefício fiscal por dependente para garantir a progressividade e preservar capacidade arrecadatória do Estado.

ONDE JÁ EXISTE



França (splitting familiar) e Portugal. No Brasil, foi proposto o Projeto de Lei 153/2021

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node017xlg3ga3rycb1gsb5fcfw8sp3400478.node0?codteor=1989663&filename=Avulso+-PL+153/2021

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Melhora na distribuição das vantagens tributárias, sem a necessidade de acabar com todas as deduções;
- Aferição mais precisa da capacidade contributiva a partir da situação familiar;
- Elevação do número de contribuintes isentos de IR de uma maneira mais justa;
- Maior renda para as famílias investirem no cuidado de crianças e idosos;
- Benefício para famílias com PCD, doenças raras e algum tipo de invalidez.

LINKS

Family Talks

<https://familytalks.org/wp-content/uploads/2021/06/nota-tecnica-002-2020-reforma-tributaria.pdf>

<https://familytalks.org/nota-tecnica-004-2020-splitting-familiar-no-imp-osto-de-renda-de-pessoa-fisica-do-brasil/>

<https://familytalks.org/nota-tecnica-005-2020-teto-de-beneficios-para-s-plitting-familiar/>

Estudo da prof. Misabel Derzi

DERZLi, Misabel de Abreu Machado. Justiça prospectiva no imposto sobre a renda. Revista internacional de direito tributário (ABRADT), Belo Horizonte, v. 5, p. 163–202, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2006;1000833434>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.



Eixo 1

Prioridade 2

Problema 2

SOLUÇÃO 2

Incluir o tempo de cuidado materno no cálculo de aposentadoria da mulher

DESCRIÇÃO

Com a finalidade de reconhecer a importância do tempo de cuidado dos filhos como função social, é contabilizado para a aposentadoria o tempo de tarefas assistenciais de criação dos filhos.

Além disso, os prazos de licença maternidade ou licença paternidade serão computados como tempo de serviço, exclusivamente para efeito de aposentadoria da mãe ou pai.

ONDE JÁ EXISTE



Projeto de Lei 2647/2021 – Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeitos de aposentadoria, das tarefas assistenciais de criação de filhos e filhas biológicos ou adotados.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracao?codteor=2049474&filename=PL+2647/2021



Projeto de Lei 3062/2021 – assegura adicional no valor do benefício no caso de mulheres que se dedicam ao cuidado de filhos.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracao?ajsessionid=node02gyq31w00w4k1l1n4af9t1aya2537623.node0?codteor=2068290&filename=PL+3062/2021



França, Áustria, Bélgica, Dinamarca, entre outros.

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Reconhecimento social do cuidado dedicado pelas mães e o impacto disso no desenvolvimento profissional das mesmas;
- Diminuição da desigualdade de gênero existente nas aposentadorias.

LINKS

França

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7018905/>

Aplicação em países europeus

<https://www.ssa.gov/policy/docs/ssb/v71n4/v71n4p61.html>



Eixo 2

vínculos&educação

Fortalecimento de vínculos familiares e prevenção

Em 2020, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que “investir nas famílias é a melhor estratégia de proteção social”¹. Apesar do que acontece dentro das famílias ser de caráter privado, as consequências da vida familiar podem ter impactos públicos. Exemplos disso são a relação existente entre vínculos familiares enfraquecidos e problemas como uso de drogas, evasão escolar, delinquência juvenil, violência doméstica, e problemas de saúde mental.

Cenário: vínculos familiares e problemas sociais

Contextos familiares em que ocorrem agressão física e psicológica, abandono, falta de diálogo, falta de atenção e constantes conflitos podem desencadear abuso de substâncias lícitas e ilícitas, como álcool e drogas². Este cenário está associado, também, à ocorrência de violência e delinquência juvenil dentro e fora do lar, pois muitos adolescentes que se envolvem com o crime vêm de famílias com vínculos fragilizados³.

Do mesmo modo, a evasão escolar está frequentemente conectada a contextos familiares de vulnerabilidade. Dados do UNICEF apontam que em 2019, 90,1% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos fora da escola tinham renda familiar per capita menor que um salário mínimo⁴. Desde pequenas foram encaminhadas para o mercado de trabalho informal ou para pedirem dinheiro nas ruas como maneira de apoiar o sustento econômico da família. Por outro lado, entre crianças de 4 e 5 anos, abandonar a escola tem como principal causa a opção dos pais ou responsáveis (48,5%) e, para os adolescentes entre 11 e 14 anos, o principal motivo de abandono (37%) é a falta de interesse em estudar⁴. Em ambas as situações a família tem grande influência, considerando que o incentivo e participação de pais e responsáveis na vida escolar dos filhos tem relação direta com a decisão de permanecer na escola e frequentar as aulas⁵.

Outra situação privada das famílias com consequências públicas negativas é a violência doméstica. São situações em que as relações familiares não apenas deixam de ser fator de proteção para as pessoas, como passam a ser um risco. Em 2020, cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual dentro de casa⁶. Apesar da maioria das vítimas serem mulheres negras ou pardas, de baixa renda, e entre 19 a 39 anos⁷, existe em grande número também a violência contra crianças e adolescentes e violência contra idosos⁸. Dada sua condição de dependência e vulnerabilidade, as vítimas muitas vezes não denunciam os agressores, o que torna o número de casos subnotificado⁹.



Desafios de casa/privados, desafios da sociedade/públicos

A situação de violência dentro do lar também pode ser precursora de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, ideações suicidas, automutilação e transtornos de imagem e autoestima¹⁰. As despesas com saúde mental no Brasil em 2020 subiram 200% em relação a 2018: foram destinados 97 milhões de reais para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS, contra 33 milhões nos anos anteriores¹¹.

Todo este contexto sugere a necessidade de trabalhar na prevenção de problemas como maneira de evitar consequências que impactam a sociedade. Neste sentido, estratégias de prevenção em saúde, com foco na família, são possibilidades importantes para serem levadas em conta na construção de políticas públicas.

Outro ponto de atenção no tema da saúde mental é o uso excessivo de telas: cerca de 86% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos no Brasil estão conectados à internet, o que corresponde a 24,3 milhões de usuários¹². Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, o uso excessivo e inadequado de telas pode levar a problemas diversos, entre eles atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, problemas de saúde mental (especialmente irritabilidade, ansiedade e depressão), transtornos de sono, de alimentação, de imagem corporal e autoestima, além de transtornos do déficit de atenção e hiperatividade, e dificuldades na aprendizagem e interação social¹³. Pais que recorrem a todo momento às redes sociais

como maneira de entretenimento podem estar deixando de ter tempo de qualidade com os filhos, o que contribuiria para alterações no bem estar da família e na educação das crianças¹³.

Hábitos familiares também podem ter desdobramentos que vão além de questões de saúde mental. Por exemplo, a obesidade infantil no Brasil é uma realidade que afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos. Os hábitos de alimentação da família influenciam diretamente os hábitos das crianças. A falta de tempo (que pode levar muitos a consumirem alimentos ultraprocessados em excesso), propagandas de alimentos ultraprocessados inapropriadas ao público infantil, introdução inadequada dos alimentos desde a fase inicial de vida, modo de preparo, alimentação dos pais, além de possíveis fatores emocionais e psicológicos da convivência familiar podem predispor à obesidade infantil¹⁴.





Também relacionado à alimentação há o desafio da subnutrição. No Brasil, em 2016, ainda havia mais de 5 milhões de pessoas desnutridas, de acordo com relatório da FAO¹⁵. É sabido, além disso, que a pandemia de Covid-19 piorou a situação de insegurança alimentar de muitas famílias brasileiras. Por outro lado, intervenções familiares focadas em educação alimentar são instrumentos eficazes na prevenção e até correção dos problemas causados pela subnutrição em crianças¹⁶.

Em resumo, se muitos dos problemas sociais que preocupam os brasileiros têm origem no ambiente doméstico, é forçoso reconhecer que as soluções precisam envolver necessariamente as famílias.

Este panorama indica que o que acontece dentro do lar é assunto privado das famílias, mas a partir do momento em que existem repercussões públicas, é fundamental que o Estado apoie as famílias no exercício de sua missão, através de políticas que criem um ambiente indutor para o desenvolvimento familiar.

Promoção da convivência familiar

PROBLEMAS

- A obesidade infantil está em alta e possui relação com os hábitos familiares. A subnutrição ainda persiste e também apresenta essa relação com a vida familiar.
- **Evidências:** A obesidade infantil, no Brasil, é uma realidade que afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos¹.
- No Brasil, em 2016, ainda havia mais de 5 milhões de pessoas desnutridas, de acordo com relatório da FAO².
- O uso excessivo de telas acarreta diversos problemas de saúde física e mental e, no caso das crianças, possui relação com a dinâmica familiar
- **Evidências:** Cerca de 86% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos no Brasil estão conectados à internet, o que corresponde a 24,3 milhões de usuários. A Sociedade Brasileira de Pediatria tem levantado diversas evidências científicas sobre os malefícios que podem trazer essa excessiva exposição a telas³.

PROPOSTAS

PROBLEMA 1

A obesidade infantil está em alta e possui relação com os hábitos familiares. A subnutrição ainda persiste e também apresenta essa relação com a vida familiar.

Eixo 2

Prioridade 3

Problema 1

SOLUÇÃO 1

Promover programas de educação alimentar que envolvam as famílias e sua rede de apoio

DESCRIÇÃO

A mudança nos hábitos alimentares de uma pessoa e seus familiares e comunidade pode diminuir as chances de desenvolvimento de obesidade ou, no extremo oposto, da subnutrição. Isto porque, além de recursos disponíveis, a alimentação de uma pessoa está relacionada com seus hábitos culturais e, especialmente, de sua família. É preciso pensar em diferentes estratégias que impactem distintos grupos etários e sociais. Neste sentido, o envolvimento da mídia, influenciadores digitais, órgãos públicos e privados, bem como escolas, USFs e centros comunitários, é importantíssimo para o sucesso da iniciativa.

ONDE JÁ EXISTE

Diversos países do mundo adotam programas do tipo

RESULTADOS

- Diminuição dos índices de subnutrição;
 - Diminuição dos índices de obesidade;
 - Reeducação alimentar;
 - Prevenção de obesidade e doenças relacionadas;
 - Prevenção de subnutrição e doenças relacionadas;
 - Fortalecimentos dos vínculos afetivos e familiares através da alimentação.
-

LINKS

SAWAYA, Ana Lydia. PELIANO, Anna Maria. ALBUQUERQUE, Maria Paula. DOMENE, Semíramis Martins Álvares. A família e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, ed. set - dez 2019.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/xHdcCvDg9qnzQRLVXK3X4YQ/?lang=pt#>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

Ministério da Saúde

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obesidade_desnutricao.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2022

PROBLEMA 2

O uso excessivo de telas acarreta diversos problemas de saúde física e mental e, no caso das crianças, possui relação com a dinâmica familiar

Eixo 2

Prioridade 3

Problema 2

SOLUÇÃO 1

Promover ações para reduzir o uso do tempo de telas em crianças

DESCRIÇÃO

A partir da escola, criar estratégias e alternativas para diminuir o uso de telas por crianças e adolescentes. As ações podem envolver oferta de aulas de esporte, dança, artes e afins no contraturno das aulas; produção de brinquedos e brincadeiras para serem usadas na escola e em casa; bem como lançamento de desafios e jogos para crianças ficarem afastadas de computadores, TVs e celulares.

Além disso, sugere-se maior divulgação das recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre uso de telas e garantia de que escolas e atividades infantis atendam às mesmas recomendações.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos e Europa possuem recomendações de associações

RESULTADOS

- Prevenção de problemas de saúde física e mental;
 - Fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e sociais;
 - Promoção de saúde física e mental através de atividades lúdicas e recreativas.
-

LINKS

FRIEDRICH, Roberta Roggia. POLET, Jéssica Pinto. SCHUCH, Ilaine. WAGNER, Mário Bernardes. Effect of intervention programs in schools to reduce screen time: a meta-analysis. *Jornal da Pediatria*, Porto Alegre, v. 90, n.3, mai/jun 2014. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572014000300232. Acesso em 25 de Maio de 2022

Programa Americano “Healthy Kids, Healthy Future”, disponível em: <https://healthykidshealthyfuture.org/5-healthy-goals/reduce-screen-time/>. Acesso em 25 de Maio de 2022

JONES, A., ARMSTRONG, B., WEAVER, R.G. et al. Identifying effective intervention strategies to reduce children’s screen time: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 2021. Disponível em: <https://ijbnpa.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12966-021-01189-6>. Acesso em 25 de Maio de 2022



Eixo 2

Prioridade 3

Problema 2

SOLUÇÃO 2

Oferecer programas de educação parental para promover a redução do uso de telas por crianças

DESCRIÇÃO

Os pais ou cuidadores possuem grande influência nos hábitos dos filhos em relação ao uso de telas. Oficinas de confecção de jogos e brinquedos para entretenimento dos filhos, bem como a disseminação de materiais que expliquem os efeitos nocivos do uso excessivo de telas podem contribuir com o assunto. É necessário envolvimento da mídia, escolas, e organismos de saúde e educação em um trabalho gradual e constante.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos e Europa possuem recomendações de associações

RESULTADOS

- Prevenção de problemas de saúde física e mental;
 - Fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e sociais;
 - Promoção de saúde física e mental através de atividades lúdicas e recreativas.
-

LINKS

LIN, Yen-Miao. KUO, Shu-Yu. CHANG Yu-Kai. LIN, Pi-Chu. LIN, Yen-Kuang. LEE, Pi-Hsia. LIN Pu-Hung. CHEN, Su-Ru. Effects of Parental Education on Screen Time, Sleep Disturbances, and Psychosocial Adaptation Among Asian Preschoolers: A Randomized Controlled Study. J Pediatr Nurs, jan/fev 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32703680/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022

Associação Americana de Psicologia

<<https://www.apa.org/pi/families/resources/newsletter/2019/05/media-use-childhood>>. Acesso em 25 de Maio de 2022

Prevenção de riscos a partir da família

PROBLEMAS

- Vínculos familiares fragilizados e situações de vulnerabilidade estão diretamente relacionados com evasão escolar, abuso de substâncias químicas, violência doméstica, e delinquência juvenil;
- **Evidência:** Embora não haja indicadores sobre todos os pontos mencionados, há diversos estudos nacionais e internacionais apontando direta relação entre os problemas expostos e o contexto familiar;
- O envolvimento da família com a escola está relacionado com a redução da evasão escolar¹;
- O envolvimento das famílias com a educação de crianças e jovens contribui de maneira significativa para o aprendizado²;
- O estilo parental pode ser fator de proteção ou risco para o consumo de drogas na adolescência³;
- A funcionalidade das relações familiares e do estilo parental está relacionada a comportamentos violentos em jovens⁴;
- Violência doméstica pode ser prevenida com ações de fortalecimento de vínculos familiares⁵.

PROBLEMA 1

Vínculos familiares fragilizados e situações de vulnerabilidade estão diretamente relacionados com evasão escolar, abuso de substâncias químicas, violência doméstica, e delinquência juvenil

Soluções

Intervenções para fortalecer vínculos familiares e promover educação parental estão ganhando a atenção por serem políticas públicas eficientes, baratas e de fácil implementação. É por isso que o Unicef lançou, neste ano de 2022, uma chamada aos governos nacionais para implementarem programas dessa natureza⁶. Tais ações tanto tem a capacidade de promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes, como também prevenir violências e abusos. Os custos são baixos: para escalar esses programas em nível nacional, estima-se os mesmos custos de uma campanha de vacinação. Os resultados são significativos: é estimada uma redução global de 10% nos gastos para combater os efeitos adversos de casos de violência na vida das crianças.

Envolver as famílias na vida escolar das crianças através de programas ou práticas desenvolvidas na escola

DESCRIÇÃO

A criação de programas que permitam o maior envolvimento das famílias na vida escolar das crianças pode potencializar o aprendizado destas e prevenir evasão escolar. É o exemplo de programas como **Escola da Família** (São Paulo), que abre a escola aos finais de semana para que as famílias utilizem o equipamento como ocasião de lazer e tempo em família; e “Educação e Família” (MEC), fomentando e qualificando a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida.



ONDE JÁ EXISTE



São Paulo, Programa Escola da Família



Programa Educação e Família, do MEC



Estados Unidos

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Prevenção de evasão escolar;
 - Promoção de notas mais altas entre estudantes;
 - Fortalecimento dos vínculos com a escola e maior adesão ao ensino/educação escolar.
-

LINKS

Governo do Estado de São Paulo – Escola da Família 2.0

<https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-sp-lanca-escola-da-familia-2-0-e-abre-novas-inscricoes-para-o-bolsa-povo-educacao-acao-responsaveis/>

PDDE – MEC

<https://pddeinterativo.mec.gov.br/educacao-e-familia>

Purdue University

https://www.purdue.edu/hhs/hdfs/fii/wp-content/uploads/2015/06/fia_brchapter_20c02.pdf

Guia para políticas públicas para impacto familiar

https://www.purdue.edu/hhs/hdfs/fii/wp-content/uploads/2015/06/fi_pmguideline_0712.pdf

Implementar ações de educação parental para prevenir comportamentos violentos na adolescência e juventude

DESCRIÇÃO

A partir da escola, as famílias são envolvidas em programas de fortalecimento de vínculos familiares e prevenção de comportamentos violentos e uso de substâncias. Apoiados por profissionais e por material do programa, pais e mães são instruídos a identificar comportamentos de risco e como manejar situações de conflito em família. Em paralelo e junto com a família, é estimulado o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos (*The Chicago Center for Youth Violence Prevention - CCYVP*, e também “*Guiding Good Choices*”, do Governo Federal)

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Diminuição do uso de substâncias por adolescentes e jovens;
- Diminuição de comportamentos violentos em adolescentes e jovens;
- Fortalecimento dos vínculos familiares;
- Maior envolvimento da família na escola, o que impacta também no desempenho do estudante.

LINKS

Governo americano – Programa de Chicago

<https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/caseStudyChicago-YVPC.pdf>

Guiding Good Choices

<https://youth.gov/content/guiding-good-choices>

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0376871617304465?via%3DiHub>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

Disponibilizar programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas escolas

DESCRIÇÃO

Programas que desenvolvam habilidades socioemocionais em escolas e serviços de assistência social podem prevenir a fragilização de vínculos familiares, além de promover o fortalecimento emocional de crianças e adolescentes. Essa ação precisa vir em conjunto com maior visibilidade aos canais e equipamentos públicos para resolução de problemas familiares.

ONDE JÁ EXISTE



Alguns estados dos Estados Unidos, Europa

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Desenvolvimento de resiliência;
- Prevenção de abusos e violência;
- Prevenção de problemas de saúde mental;
- Fortalecimento dos vínculos familiares por meio de resolução de problemas de maneira ativa.

LINKS

Governo Americano - Departamento de Educação

https://oese.ed.gov/files/2022/03/FINAL-EIR_SEL-Programs-White-Paper.pdf

Governo da Austrália

<https://www.education.vic.gov.au/school/teachers/health/mentalhealth/Pages/socialemotion.aspx>

Governo Americano - Estado de Minnesota

<https://education.mn.gov/MDE/dse/safe/social/imp/>

União Europeia

https://nesetweb.eu/wp-content/uploads/2019/06/AR3_Full-Report_2018.pdf

Committee for Children - parceria com Brasil

<https://www.cfchildren.org/about-us/international-reach/>





Eixo 2

Prioridade 4

Problema 1

SOLUÇÃO 4

Disponibilizar programas de habilidades socioemocionais para adultos e casais

DESCRIÇÃO

A fim de diminuir a incidência de violência doméstica e fortalecer os vínculos familiares, programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais podem ser a solução. A abordagem se daria por meio da comunidade — como igrejas e centros comunitários — e profissionais qualificados ministrariam os cursos e as sessões de apoio.

ONDE JÁ EXISTE

Alguns países da África

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Prevenção de conflitos familiares e violência doméstica;
- Promoção de relacionamento familiar saudável, especialmente entre casais;
- Desenvolvimento de resiliência;
- Baixo custo na implementação.

LINKS

ONU Mulheres

<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/RESPECT-implementation-guide-Strategy-summary-Relationship-skills-strengthened-en.pdf>

Eixo 2

Prioridade 4

Problema 1

SOLUÇÃO 5

Disponibilizar programa de orientação afetiva para adolescentes

DESCRIÇÃO

Com o objetivo de reconhecer e prevenir padrões de violência dentro de um relacionamento, este programa atua nos níveis individual, intrapessoal e comunitário. As sessões são conduzidas por profissionais dentro de escolas, com conteúdo específico para diferentes faixas etárias.

Adicionalmente, há sessões de treinamento para pais e educadores. Pode-se transformar os adolescentes participantes em “promotores”/“embaixadores” da causa com toolkit para redes sociais.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos

RESULTADOS OU VANTAGENS

- Diminuição da perpetuação da violência física, psíquica, emocional e sexual;
 - Diminuição da incidência de comportamentos de risco em relacionamentos;
 - Promoção de relacionamentos saudáveis;
 - Diminuição das taxas de abuso em relacionamentos.
-

LINKS

Governo Americano

<https://www.cdc.gov/violenceprevention/intimatepartnerviolence/datinvmatters/index.html>

Disponibilizar programa que aplicam técnicas da ciência da prevenção, tal como *Communities that Care* (CTC)

DESCRIÇÃO

A fim de prevenir comportamentos problemáticos e promover o desenvolvimento saudável de jovens, este programa estrutura-se em cinco fases desenvolvidas e aplicadas dentro de comunidades (igrejas, centros comunitários, ONGs) ou escolas.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos



RESULTADOS OU VANTAGENS

- A partir de resultados em 7 estados americanos:
- Jovens ficam 25% menos propensos a entrar no crime;
- Jovens 37% menos propenso ao vício em álcool;
- Retorno de 11x o valor de investimento no programa (para cada \$1 investido, \$11.14 de retorno) na forma de redução de custos no sistema penal e saúde, juntamente com aumento de receita fiscal.

LINKS

Programa CTC PLUS

<https://www.communitiesthatcare.net/programs/ctc-plus/>

Guia de implementação

https://www.communitiesthatcare.net/wp-content/uploads/CTC_Implementation_Details-1.pdf

Eixo 2

Prioridade 4

Problema 1

SOLUÇÃO 7

Ofertar serviços de saúde mental baseados na família

DESCRIÇÃO

Desenhado para crianças e adolescentes que apresentem uma desordem emocional ou comportamental grave e suas famílias, este programa auxilia pessoas que necessitam

de serviço psiquiátrico, oferecendo ajuda em momentos de crise, 24 horas por dia. O objetivo é reduzir a possibilidade de crianças e adolescentes precisarem sair de casa em razão de uma crise. Além disso, o serviço auxilia famílias a desenvolverem habilidades de gerenciamento de estresse e conflitos.

ONDE JÁ EXISTE



Estados Unidos

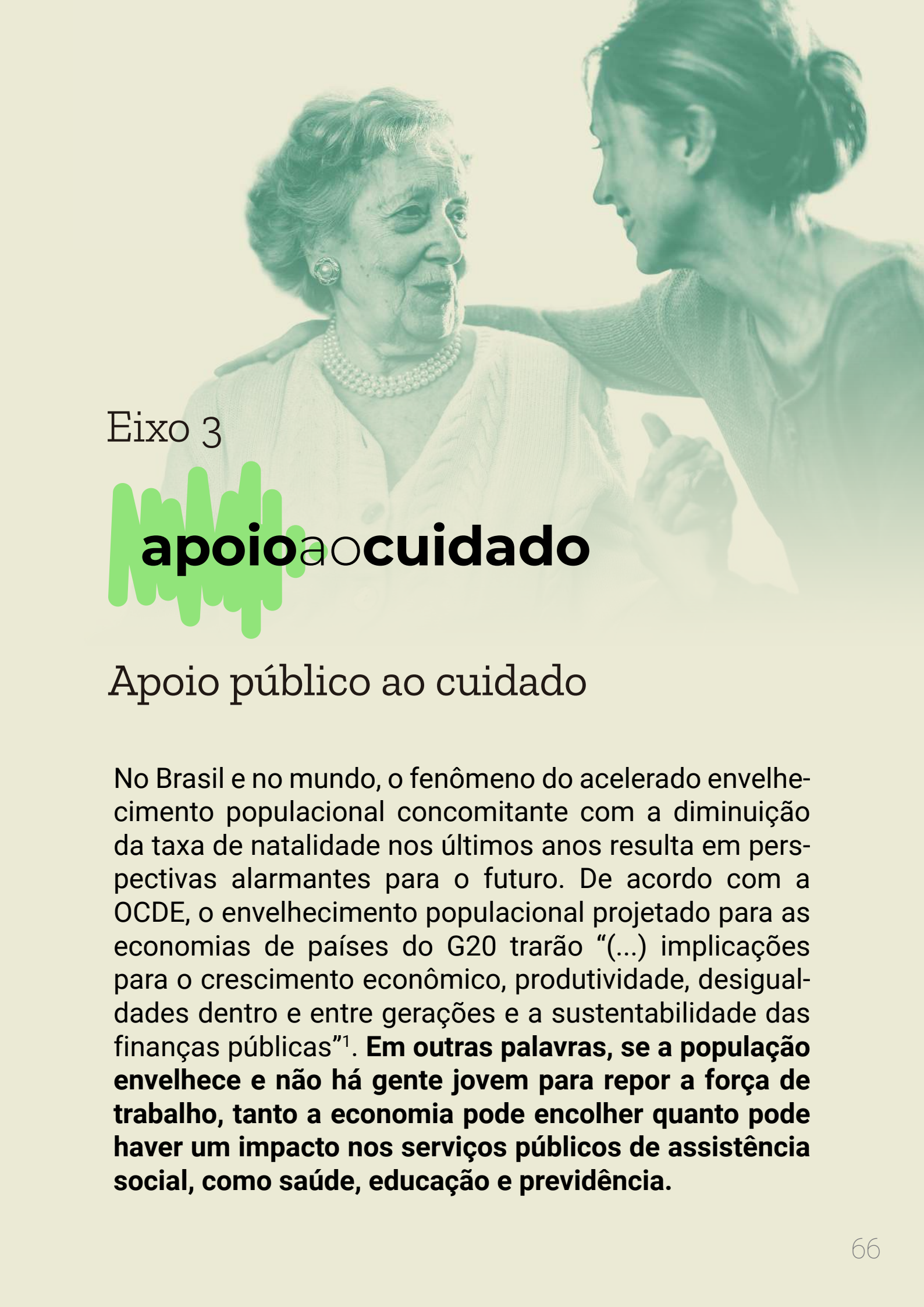
RESULTADOS

- Promoção de habilidades socioemocionais em contexto familiar;
 - Promoção de saúde mental através de abordagem centrada na família;
 - Prevenção de sobrecarga de sistemas de saúde mental.
-

LINKS

Serviço disponível nos Estados Unidos – Family-Based Mental Health Services

[https://members.ccbh.com/health-topics/resources/family-based-mental-health-services#:~:text=Family%2Dbased%20mental%20health%20services%20\(FBMHS\)%20are%20voluntary%20mental,out%2Dof%2Dhome%20services](https://members.ccbh.com/health-topics/resources/family-based-mental-health-services#:~:text=Family%2Dbased%20mental%20health%20services%20(FBMHS)%20are%20voluntary%20mental,out%2Dof%2Dhome%20services)



Eixo 3

apoio ao cuidado

Apoio público ao cuidado

No Brasil e no mundo, o fenômeno do acelerado envelhecimento populacional concomitante com a diminuição da taxa de natalidade nos últimos anos resulta em perspectivas alarmantes para o futuro. De acordo com a OCDE, o envelhecimento populacional projetado para as economias de países do G20 trarão “(...) implicações para o crescimento econômico, produtividade, desigualdades dentro e entre gerações e a sustentabilidade das finanças públicas”¹. **Em outras palavras, se a população envelhece e não há gente jovem para repor a força de trabalho, tanto a economia pode encolher quanto pode haver um impacto nos serviços públicos de assistência social, como saúde, educação e previdência.**

Um futuro que envelhece

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para o fato de que em 2050 o mundo terá dois bilhões de idosos e, nas Américas, o número de pessoas acima de 60 anos aumentará mais de três vezes nos próximos 30 anos, passando de oito para 30 milhões. O Brasil será o sexto país com o maior quantitativo de pessoas idosas até 2025, alcançando 22,71% da população total em 2050.

De acordo com o IPEA, “em 2010, a população brasileira era composta por 194,7 milhões de pessoas e, em um cenário mais rígido, há expectativa de que haja, **em 2100, apenas 156,4 milhões de pessoas no país. A proporção de idosos, que em 2010 era de 7,3%, pode chegar a 40,3% em 2100; enquanto que o percentual de jovens (com menos de 15 anos) pode cair de 24,7% para 9%”².**

Para além dos desafios explicitados pelos números, essas mudanças trarão um profundo impacto na vida das famílias brasileiras. O cenário mais difícil é o das pessoas da chamada **geração sanduíche**³: são adultos, em idade de trabalho, que precisam cuidar ao mesmo tempo de seus





filhos, crianças, mas também de seus pais, idosos. No Brasil, onde 82% das famílias não consegue apoio para cuidar de seus familiares⁴, o prognóstico é preocupante. Para as famílias com crianças, faltam creches, motivo de saída do mercado de trabalho para muitas mulheres. Na prática, 50% das famílias com crianças de 0 a 3 anos utilizaria o serviço de creche se estivesse disponível⁵. Já para as famílias com alguma pessoa idosa dependente, faltam serviços públicos de apoio, o que também obriga muitas pessoas, sobretudo mulheres, a deixarem o mercado de trabalho.

Evidentemente esses desafios estão intimamente relacionados com a pobreza e as desigualdades sociais. Famílias com renda de 8 ou mais salários mínimos gastam em média R\$ 4,5 mil reais mensais com cuidado e educação dos filhos, enquanto que para famílias com menos de 2 salários mínimos esse valor é de R\$ 956,00⁶. Não à toa, mais de **82% das famílias são obrigadas a exercerem as tarefas de cuidado sem nenhum tipo de apoio externo**, tanto por não terem renda para esse gasto, como pela **carência de um adequado apoio público ao cuidado**.



Uma infraestrutura de cuidado

Países desenvolvidos que enfrentam essa situação estão há décadas investindo em soluções, o que inclui **infraestrutura adequada para o cuidado de crianças e idosos, inclusive a garantia de serviços de apoio às famílias para que reduzam a sobrecarga oriunda das demandas de cuidado**. De acordo com a OIT⁷, países como Suíça, França e Alemanha investem em torno de 4% com o cuidado; a Suécia chega a investir 9%, enquanto que o Brasil pouco mais de 2%. Chama a atenção que a Alemanha invista quase 1% do PIB em cuidados de longa duração, enquanto esse investimento não existe no Brasil.

O objetivo deste investimento não é, de forma alguma, substituir as famílias na missão de cuidar: isto seria caro e ineficaz. Trata-se de **reduzir e redistribuir as tarefas de cuidado sob responsabilidade das famílias** através de serviços públicos e até mesmo políticas privadas, como aquelas que promovem o equilíbrio trabalho-família. A OCDE já publicou diversas recomendações sobre o tema⁸.

Não é possível relativizar esse assunto: a convivência familiar é um direito da criança e do adolescente, e também das pessoas idosas. Se as famílias perdem a capacidade de cuidar adequadamente de seus membros, independentemente do motivo, cria-se uma situação de vulnerabilidade social e potencial violação de direitos. No extremo, isso pode levar a casos de abandono infantil e de idosos.

A falta de investimento público no cuidado é, por isso, uma dimensão importante do cenário desafiador enfrentado pela maioria das famílias: pobreza, sobrecarga de atividades domésticas e dificuldade para cuidar. O contexto de transição demográfica pelo qual o Brasil passa aponta para um cenário ainda mais desafiador: **ter família está cada vez mais caro e difícil**. Se nada for feito, o país enfrentará uma verdadeira **Crise do Cuidado**, tal qual vem acontecendo em países como Japão e Estados Unidos.



Ampliação da rede de apoio para cuidar de crianças

PROBLEMAS

- Falta de investimento público na infraestrutura de cuidado que impacta na oferta de serviços de apoio para famílias com crianças (como creches);
- **Evidências:** Apenas 32,7% das crianças de 0-3 anos frequentam creche: entre famílias de renda mais alta é 53,3%, enquanto no quintil mais baixo é 23,5%. 50% das famílias com crianças de 0-3 anos colocaria na creche se houvesse vaga¹;
- Sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado sobre as mulheres devido a falta de rede de apoio e envolvimento masculino;
- **Evidência:** Dados da CEPAL de 2019 mostram que mulheres pobres gastam cerca de 27,8h semanais com trabalho não remunerado (doméstico e de cuidado). Para mulheres não-pobres, a média é de 22,1 horas semanais. Para homens pobres os valores são de 14,4 horas e homens não pobres, 11,8 horas².

PROPOSTAS

PROBLEMA 1

Promover a ampliação de creches e formação de crecheiros

Eixo 3

Prioridade 5

Problema 1

SOLUÇÃO 1

Disponibilizar programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas escolas

DESCRIÇÃO

Além da ampliação de serviços de creche, é importante que os cuidadores, professores e crecheiros tenham formação adequada e atualizada sobre temas como cuidado, nutrição, saúde e educação da primeira infância, entre outros. Modelos em que haja parceria com iniciativa privada em troca de deduções no imposto de renda podem ser interessantes. Também é oportuno que haja oferta de oficinas e formação para pais e mães das crianças que frequentam esses serviços sobre desenvolvimento dos filhos e fortalecimento de vínculos familiares.

ONDE JÁ EXISTE

 França e países nórdicos

RESULTADOS

- Prevenção de problemas de desenvolvimento neuropsicomotor relacionados à primeira infância;
 - Promoção de cuidado adequado para crianças;
 - Promoção de estratégias de fortalecimento de vínculos familiares, que atuam como prevenção de riscos.
-

LINKS

Serviço público na França

<https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F607>

https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-90-481-3377-2_21



Ampliar a oferta de equipamentos públicos para lazer das famílias

DESCRIÇÃO

No tempo disponível com os filhos muitos pais e mães não sabem como fortalecer os vínculos com crianças e adolescentes, em partes pela carência de equipamentos públicos de lazer. Oferta e ampla divulgação de programas culturais para famílias, oficinas de brinquedos e brincadeiras, e atividades culturais em espaços públicos podem melhorar essa questão. A gratuidade no ingresso de museus e shows para famílias de baixa renda em algum dia da semana ou do mês também pode ser uma proposta.

ONDE JÁ EXISTE

Alguns países adotam essas práticas em contextos diversos

RESULTADOS

- Fortalecimento dos vínculos familiares e prevenção de riscos a partir disso;
- Ampliação de cultura e educação para população, especialmente em situação de vulnerabilidade.

LINKS

Projeto colaborativo do Programa de Graduação em Política Pública da Georgetown University e afiliados com o Centro Nacional de Educação em Maternidade e Saúde da Criança (Governo Americano)

https://www.purdue.edu/hhs/hdfs/fii/wp-content/uploads/2015/07/s_dcfis07report.pdf

PROBLEMA 2

Sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado sobre as mulheres devido à falta de rede de apoio e envolvimento masculino



Garantir tempo adequado de licença paternidade

DESCRIÇÃO

As desigualdades no envolvimento nas tarefas de cuidado começam no momento do nascimento da criança: a licença paternidade de apenas 5 dias é um entrave para a promoção da equidade de gênero. Há várias propostas legislativas em tramitação sobre este assunto, porém o assunto carece da devida regulamentação desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988.

É razoável propor uma equiparação dos tempos de licença maternidade e paternidade, ou até mesmo a implementação de uma licença parental. Há de se considerar, porém, o contexto cultural e demais circunstâncias sociais do país, que podem tornar este assunto controverso.

Dessa forma, uma alternativa pode ser propor a ampliação da licença paternidade para 45 dias, que é o tempo que dura o puerpério - em média. Também faz-se necessário que a remuneração da licença paternidade fique a cargo da Previdência Social ou de estímulos fiscais, como aqueles propostos no Programa Empresa Cidadã. Hoje, os custos da licença paternidade muitas vezes ficam a cargo da empresa.

ONDE JÁ EXISTE

Diferentes países adotam diferentes tempos e modelos de licença, para mais informações:

familytalks.org/licencaparental

RESULTADOS

- Maior envolvimento masculino no cuidado dos filhos;
 - Promoção da equidade de gênero na sociedade;
 - Proteção da saúde mental na primeira infância por conta de maior envolvimento dos pais no cuidado dos filhos;
 - Diminuição da sobrecarga de tarefas materna;
 - Diminuição da sobrecarga de serviços de cuidado do Estado (como creches).
-

LINKS

Relatório do Grupo de Trabalho sobre Licença Parental (2021)

<https://familytalks.org/licencaparental/>

OCDE

https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf

Criar campanhas que incentivem maior participação masculina nas tarefas domésticas e de cuidado

DESCRIÇÃO

A sobrecarga física e mental de mulheres acontece, muitas vezes, pela falta da participação dos homens no cuidado com os filhos e nas tarefas domésticas. A mudança para esse maior envolvimento, todavia, tem raízes culturais para além de outras soluções. É possível que campanhas midiáticas e oficinas sobre o tema em escolas transformem o cenário.



ONDE JÁ EXISTE

Há campanhas globais adotadas por governos locais. A maior iniciativa global até o momento (50 países) é o **Men Care**.

RESULTADOS

- Maior envolvimento masculino no cuidado dos filhos;
 - Promoção da equidade de gênero na sociedade;
 - Diminuição da sobrecarga de serviços de cuidado do Estado (escolas e creches) por conta do maior envolvimento dos homens nessas tarefas;
 - Diminuição da sobrecarga de tarefas das mulheres.
-

LINKS

Nações Unidas

<https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw53/panels/capacity-building/barker.pdf>

Promundo

<https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Men-Who-Care.pdf>

https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2018/06/Engaging-men-in-unpaid-care-work_ENG.pdf

Campanha Internacional sobre Paternidade “MenCare”

<https://men-care.org/what-we-do/>

Governo do Zimbabwe

<https://reliefweb.int/report/zimbabwe/dedicated-care-empowering-male-caregivers-zimbabwe>

Ampliar o rol de indicadores públicos sobre cuidado

DESCRIÇÃO

Poucos são os dados oficiais do governo segmentados por responsabilidades familiares e de cuidado. São quase inexistentes os dados demográficos de pessoas no Brasil que cuidam de idosos, pessoas com deficiência, crianças e algum parente dependente. Além disso, pesquisas oficiais sobre uso do tempo deixaram de ser produzidas, o que dificulta quantificar e entender o fenômeno do cuidado de maneira a pensar em soluções sobre o tema. Também a criação de um indicador de trabalho não-remunerado poderia ser incorporado ao PIB e contas nacionais.

ONDE JÁ EXISTE

Diversos países adotam esses estudos

RESULTADOS

- Aumento do conhecimento e reconhecimento do trabalho de cuidado;
- Monitoramento de dados oficiais, a fim de delinear políticas públicas e fornecer insumos para pesquisas.

LINKS

MORANDI, Lucilene. MELO, Hildete Pereira de. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. Economia e Sociedade, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/mgKPK77mpq64FJXx7mBrDXQ/>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

IBGE

<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/uso-do-tempo/classificacoes-de-uso-do-tempo.html>

CEPAL

<https://www.cepal.org/pt-br/topicos/uso-do-tempo>

Eixo 3

Prioridade 5

Problema 2

SOLUÇÃO 4

Promover a licença parental no Brasil para maior tempo com filhos recém-nascidos ou adotados

DESCRIÇÃO

A licença parental anda em conjunto com a ampliação da licença paternidade. Dentre vários formatos possíveis, a recomendação da Organização Internacional do Trabalho é fazê-la um período adicional às licenças maternidade e paternidade, que pode ser utilizado por ambos os cuidadores recebendo remuneração total ou reduzida. Deve vir acompanhada de campanhas que incentivem maior participação masculina no cuidado.

ONDE JÁ EXISTE

Diferentes países adotam diferentes tempos e modelos de licença. Para mais informações:

familytalks.org/licencaparental

RESULTADOS

- Maior envolvimento masculino no cuidado dos filhos;
 - Promoção da equidade de gênero na sociedade;
 - Proteção da saúde mental na primeira infância por conta de maior envolvimento dos pais no cuidado dos filhos;
 - Diminuição da sobrecarga de tarefas materna.
-

LINKS

Relatório do Grupo de Trabalho sobre Licença Parental (2021)

<https://familytalks.org/licencaparental/>

Facilitar o acesso às licenças paternidade e maternidade estendidas

DESCRIÇÃO

Apesar da oferta de licenças maternidade e paternidade estendidas pelo Programa Empresa Cidadã, muitas empresas elegíveis (as tributadas na modalidade do lucro real) ainda não aderiram ao programa por não conhecerem a iniciativa. É preciso, pois, maior divulgação do programa e das vantagens na adesão. Também é oportuno estudar alternativa para ampliar o rol de empresas elegíveis ao programa.



ONDE JÁ EXISTE

Diferentes países adotam diferentes tempos e modelos de licença. Para mais informações:

familytalks.org/licencaparental

RESULTADOS

- Maior envolvimento masculino no cuidado dos filhos;
 - Promoção da equidade de gênero na sociedade;
 - Proteção da saúde mental na primeira infância por conta de maior envolvimento dos pais no cuidado dos filhos;
 - Diminuição da sobrecarga de tarefas materna.
-

LINKS

Relatório do Grupo de Trabalho sobre Licença Parental (2021)

<https://familytalks.org/licencaparental/>



Garantia de cuidado adequado aos idosos

PROBLEMAS

- Falta de investimento público na infraestrutura de cuidado que impacta na oferta de serviços de apoio para idosos (como centros-dia e instituições de longa permanência);
- **Evidência:** De acordo com o IPEA, 71% dos municípios não possuem ILPI, além de haver uma concentração em grandes centros urbanos e regiões com maior renda. A mesma carência se nota com relação aos centros-dia: em 2013, apenas 290 municípios possuíam essa instituição¹;



- Carência de serviços públicos e privados para apoiar as famílias no cuidado das pessoas idosas;
- **Evidência:** Dados do IBGE apontam que o número de idosos entre 2012 e 2017 no Brasil cresceu 19,5% (de 25,4 milhões para mais de 30,2 milhões²). A medida que aumenta a idade, maiores as limitações funcionais para realizar tarefas básicas do dia a dia: segundo a PNS 2019, 3,3 milhões de idosos acima de 60 anos tinham dificuldade para se cuidarem, sendo que essas dificuldades aumentavam com a idade³. De acordo com a OIT⁴, países como Suécia investem em torno de 9% com o cuidado, enquanto que o Brasil pouco mais de 2% — e desses, não há nenhum investimento destinado a cuidados de longa duração.

PROPOSTAS

PROBLEMA 1

Falta de investimento público na infraestrutura de cuidado que impacta na oferta de serviços de apoio para idosos (como centros-dia e instituições de longa permanência)

Desenvolver e implementar um modelo de cuidado multinível para idosos

DESCRIÇÃO

Baseado em estudos científicos, o modelo incentiva a permanência de idosos nos níveis “leves” - ou menos complexos – de cuidado. Estes níveis leves incluiriam a construção e disseminação de centros de convivência, centros dia, atendimento domiciliar, e treinamento e apoio para o cuidador familiar. São de menor custo e atuam no nível de prevenção. Já níveis mais complexos e avançados, como a construção de instituições de curta e longa duração, seriam necessárias apenas quando os níveis leves não conseguissem suprir demandas.

ONDE JÁ EXISTE



Países e continentes com populações envelhecidas, como Japão e Europa, têm investido em políticas públicas e modelos de cuidado para idosos

RESULTADOS

- Promoção de envelhecimento saudável;
- Diminuição de idosos afastados da convivência familiar e participação social;
- Diminuição de idosos em instituições de longa permanência ou necessitados de cuidados especiais.

LINKS

IPEA

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110524_comunicadoipea93.pdf

CEPAL

<https://www.cepal.org/en/topics/care-policies>

VERAS, Renato Peixoto. OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1929-1936, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/snwTVYw5HkZyVc3MBmp3vdc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

TRAVASSOS, Guilherme. COELHO, Alexandre. ARENDS-KUENNING, Mary Paula. The elderly in Brazil: demographic transition, profile, and socioeconomic condition. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.37, p. 1-27, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/yCNsjVbNtJ5r7xrJKdk5Lnk/?lang=en&format=pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

Elaborar uma política nacional de cuidado baseada na comunidade

DESCRIÇÃO

Este sistema de cuidado baseado na comunidade preconiza a prevenção através de um suporte adequado oferecido pela família, sistema de saúde e assistência social, e entorno (comunidade). Treinamento e suporte para os familiares são a base do sistema que valoriza, especialmente, o cuidado oferecido dentro de casa pela família, muitas vezes contando com assistência profissional cotidianamente — fisioterapeutas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, gerontólogos e outros. Pode ser parte de um modelo multinível dentro de um sistema nacional de cuidado.

ONDE JÁ EXISTE



Japão



RESULTADOS

- Promoção de envelhecimento saudável;
- Diminuição de idosos afastados da convivência familiar e participação social;
- Diminuição de idosos em instituições de longa permanência ou necessitados de cuidados especiais;
- Prevenção de sobrecarga do sistema de saúde e assistência social.

LINKS

Governo do Japão – Ministério de Saúde Trabalho e Bem-Estar

<https://www.mhlw.go.jp/english/topics/elderly/care/2.html>

Long-Term Care System in Japan

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7533196/#:~:text=In%20Japan's%20LTCI%20system%2C%20every,persons%20aged%2040%E2%80%9364%20years>

CEPAL

<https://www.cepal.org/en/topics/care-policies>

ONU MULHERES

<https://www.unwomen.org/es/news/stories/2017/2/feature-uruguay-care-law>

Implementar um fundo público de seguridade para o acesso ao cuidado

DESCRIÇÃO

Desenho e implementação de um fundo público de seguridade para assegurar recursos econômicos às famílias que necessitam de suporte para o exercício do cuidado. Dentro de determinadas condicionantes, esse apoio pode ser utilizado em todas as fases da vida, desde o cuidado das crianças até o cuidado de idosos.

ONDE JÁ EXISTE



Alguns estados americanos: Califórnia, New Jersey, New York, e Rhode Island; Israel, Austrália, Reino Unido, Suécia

RESULTADOS

- Maior suporte para os que necessitam de cuidado e seus familiares;
- Diminuição da sobrecarga de sistemas públicos;
- Alternativa quando os sistemas públicos de assistência e saúde falham em oferecer cuidado adequado.

LINKS

Universal Family Care

<https://universalfamilycare.org/>

<https://universalfamilycare.org/report/>

Israel

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13537121.2020.1754590?journalCode=fisa20>

Eixo 3

Prioridade 6

Problema 1

SOLUÇÃO 4

Ampliar a oferta de cursos e formação para cuidadores

DESCRIÇÃO

Oferta de cursos técnicos gratuitos e formações gratuitas de curta duração (atualizações ou formações) para familiares e cuidadores de idosos, contemplando o envelhecimento em suas diferentes fases e como oferecer suporte ao longo do processo. Incentivo para que cursos universitários da área da saúde tenham disciplinas obrigatórias referentes ao processo de envelhecimento e cuidado de idosos.

ONDE JÁ EXISTE

Localidades diversas têm adotado a formação qualificada de cuidadores

RESULTADOS

- Oferta de cuidado qualificado para pessoas idosas;
- Prevenção de problemas (ex: quedas, subnutrição, surgimento de escaras, etc) que poderiam ser evitados a partir de cuidado adequado;
- Promoção de envelhecimento saudável;
- Apoio às famílias para cuidarem de idosos em situação de dependência.

LINKS

Governo do Uruguai

<https://www.gub.uy/sistema-cuidados/comunicacion/publicaciones/guia-para-cuidadores-cuidadoras-atencion-personas-situacion-dependencia>

<https://www.gub.uy/sistema-cuidados/politicas-y-gestion/formacion-cuidados>

Definir a cobertura necessária para infraestrutura de cuidado para idosos

DESCRIÇÃO

Se por um lado a tendência internacional é oferecer serviços que mantenham a pessoa idosa em sua casa, por outro instituições de apoio, sejam centros dias, sejam de longa permanência, serão cada vez mais necessárias. É necessário desenvolver um plano para identificar a demanda por essa infraestrutura, com a consequente definição de uma estratégia para atendê-la.



RESULTADOS

- Apoio às famílias para cuidarem de idosos em situação de dependência;
- Oferta de cuidado qualificado para pessoas idosas;
- Planejamento e direcionamento de investimento público para cidades mais necessitadas desse apoio.

LINKS

CAMARANO, Ana Amelia. BARBOSA, Pamela. Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando? Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões (IPEA), cap. 20, p. 479-514, 2016. Disponível em:

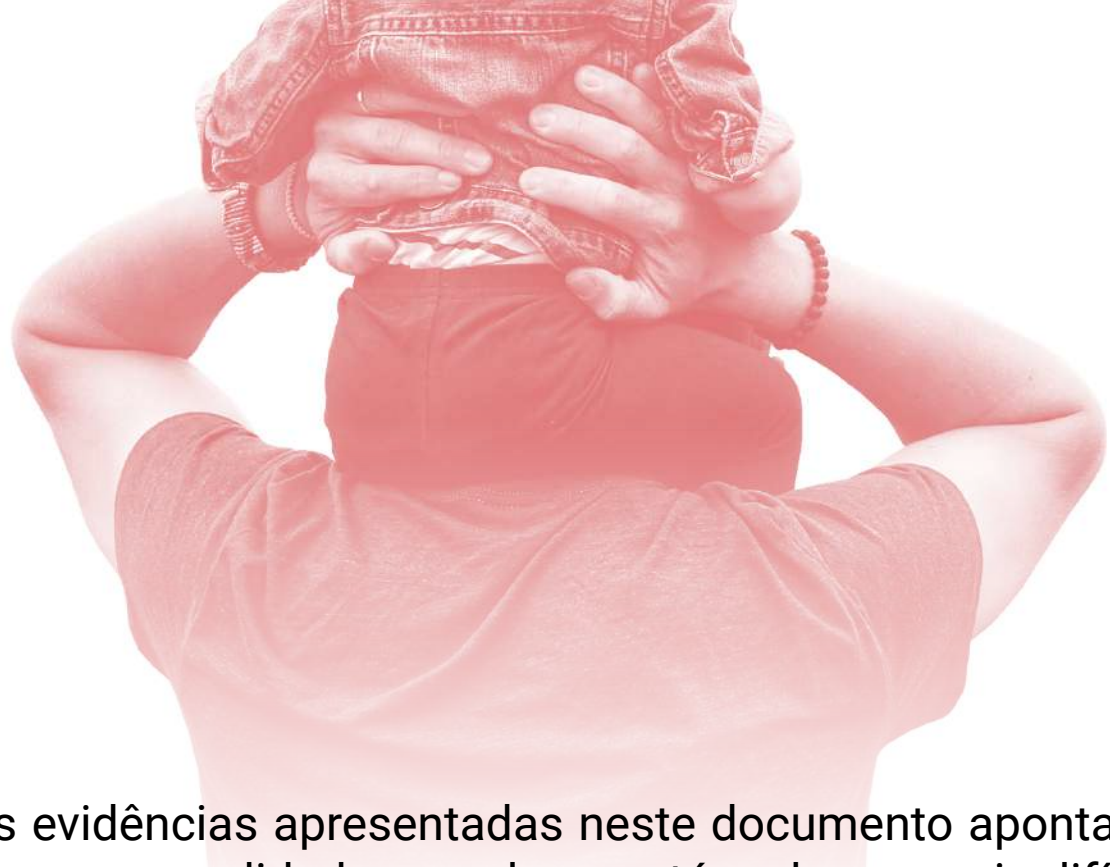
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9146/1/Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20longa%20perman%C3%Aancia.pdf>. Acesso em 31 de Maio de 2022

IBGE: Número de Centros de Referência em Assistência Social cresce quase 50%. Agência Brasil, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/ibge-centros-de-referencia-em-assistencia-social-crescem-quase-50-nos-ultimos#:~:text=O%20IBGE%20contabilizou%20em%202013,%25%20do%20total>. Acesso em 31 de Maio de 2022.



Conclusão

Cuidar das pessoas deve ser considerada a principal atividade em qualquer sociedade. Dito de outra forma: o futuro da sociedade está condicionado à capacidade de formar e integrar novos cidadãos, o que depende, em grande medida, do cuidado realizado pelas famílias. Além disso, os direitos mais fundamentais de todas as pessoas só podem ser garantidos se receberem o cuidado de que precisam, o que inclui assegurar a convivência familiar.



As evidências apresentadas neste documento apontam para uma realidade complexa: está cada vez mais difícil ser família. Este cenário, que se configura em uma verdadeira crise — a Crise do Cuidado — precisa ser enfrentado como uma prioridade por governo e sociedade, dado o papel central e fundamental do cuidado na vida das pessoas. Atualmente, as atividades de cuidado são habitualmente esquecidas pela opinião e ação pública, sendo relegadas ao ambiente doméstico, às famílias. Cada vez mais, elas precisam de apoio para exercer sua missão.

Não há alternativa: o momento oportuno para ação é agora. Primeiramente, porque as profundas transformações populacionais do país vão exigir, cada vez mais, maior reconhecimento e apoio para que as famílias possam cuidar de seus membros. Mas, além de uma exigência, esse olhar mais atento às demandas das famílias representa uma grande oportunidade para promover o desenvolvimento social no Brasil: garantir apoio às famílias, especialmente através de ações para fortalecimento de vínculos familiares, têm o potencial de prevenir diversos problemas sociais com baixo custo de investimento.

Assim, o apoio público ao cuidado merece atenção central: por ser obrigação constitucional; para preparar o país para as transformações populacionais dos próximos anos; e para ampliar as redes de apoio de que as famílias tanto precisam, atuando como fator preventivo e potencializando o desenvolvimento das pessoas.

Esta contribuição de Family Talks para o debate político em 2022 é, por um lado, fruto do amadurecimento de 5 anos de atuação constante pelas famílias brasileiras, e, por outro, o primeiro passo para ampliar a mobilização social pelo apoio público ao cuidado. Se queremos ter uma sociedade sustentável, ela precisa sê-lo em primeiro lugar para que as famílias consigam se desenvolver.

**Afinal, é cuidando das pessoas
que se constrói o futuro.**



Recapitulando...



trabalho & renda

Trabalho digno e renda suficiente são os meios mais básicos de subsistência de uma família.

Prioridade 1 –
Melhores condições de trabalho para quem tem ou quer formar família

Prioridade 2 –
Proteção da renda familiar



vínculos & educação

Fortalecer a relação entre as pessoas de uma mesma família, assim como de sua própria comunidade, é um passo importante para uma sociedade melhor.

Prioridade 3 –
Promoção da convivência familiar

Prioridade 4 –
Prevenção de riscos a partir da família



apoio ao cuidado

Diz respeito à infraestrutura necessária para o cuidado, de crianças a idosos, a preparação de cuidadores, além da promoção de um espaço urbano mais adequado para as famílias.

Prioridade 5 –
Ampliação da rede de apoio para cuidar de crianças

Prioridade 6 –
Garantia de cuidado adequado aos idosos

Bibliografia

Introdução

1) É fácil verificar a validade dessa afirmação quando ocorre o contrário, ou seja, faltam cuidados adequados para uma pessoa. Basta pensar no caso de uma criança que não é cuidada: seus direitos são violados e seu desenvolvimento fica seriamente prejudicado.

2) SOUZA, Linoca. Economia do cuidado. Revista Fapesp, ed. 299 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/economia-do-cuidado/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

3) ADATI, Laura. CATTANEO, Umberto, ESQUIVEL, Valeria. VALARINO, Isabel. Care works and care jobs for the future of decent work. Organização Internacional do Trabalho, 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_633135/lang-en/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

4) Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em 25 de Maio de 2022.

5) MOSTAFA, Joana. Gênero, Cuidado e Previdência. Câmara dos Deputados, 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-006-19-previdencia-social/apresentacoes-em-eventos/JOANAGenero_prev_comissaoPEC06.pdf> Acesso em 25 de Maio de 2022.

6) 3,5 milhões de brasileiras em idade ativa não procuram emprego.

7) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

8) MULHERES perdem trabalho após terem filhos. Fundação Getúlio Vargas,

2016. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

9) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=resultados>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

10) ADATI, Laura. CATTANEO, Umberto, ESQUIVEL, Valeria. VALARINO, Isabel. El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente. Organización Internacional do Trabalho, 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/W-CMS_737394/lang-es/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

Eixo 1 — Trabalho e Renda

1) IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2020. IBGE, 2021. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2020.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

2) 4 DADOS que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório BBC News Brasil, 7 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

3) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

4) BRADY, David. Theories of the Causes of Poverty. Annual Review of Sociology, vol. 45 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-073018-022550>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

THE TOP 11 causes of poverty around the world. Concern Worldwide US, 2019. Disponível em: <<https://www.concernusa.org/story/causes-of-poverty/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

POVERTY. United Nations Global Compact, s.d. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/our-work/social/poverty>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

ARBACHE, Jorge Saba. Pobreza e mercados no Brasil. CEPAL - Comissão Econômica para América Latina, 2003. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/28343-pobreza-mercados-brasil>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

FILGUEIRA, Carlos. PERI, Andrés. América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes. CEPAL - Comissão Econômica para América Latina, 2004. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/7192-america-latina-rostros-la-pobreza-sus-causas-determinantes>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

5) Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em 25 de Maio de 2022.

6) OTTONI, Bruno. Qualidade do emprego por faixa etária. Consultoria iDados, 2020. Disponível em: <<https://blog.idados.id/qualidade-do-emprego-por-faixa-etaria/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

7) INFORMALIDADE entre as mulheres é muito maior, diz pesquisador da Pnud. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4961404-informalidade-entre-as-mulheres-e-muito-maior-do-que-entre-os-homens-diz-fgv.html>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

8) MULHERES perdem trabalho após terem filhos. Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

9) SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA. Arranjos Familiares no Brasil. Fatos e Números - Governo Federal, s.d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

10) LAWSON, Max. BUTT, Anam Parve. HARVEY, Rowan. SAROSI, Diana. COFFEY, Clare. PIAGET, Kim. THEKKUDAH, Julie. TEMPO de cuidar - O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil, janeiro de 2020. Disponível em: <[102](https://www.oxfam.org.br/justi-</p></div><div data-bbox=)

ca-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

11) CRIAR um filho até os 18 anos custa em média R\$ 441 mil. O Especialista, em 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://oespecialista.com.br/-quanto-custa-criar-um-filho-no-brasil/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

12) A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility. OECD, em 15 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/social/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility-9789264301085-en.htm>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

13) AUXÍLIO para filhos menores de idade entra em vigor na Itália. ANSA, 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/-noticias/2021/07/01/auxilio-para-filhos-menores-de-idade-entra-em-vigor-na-italia_2ea6b476-cee8-4105-a874-f94bb6460bab.html>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

14) POLISH government announces new child benefits for families to “create the future of our nation”. Notes from Poland, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2021/08/17/polish-government-announces-new-child-benefits-for-families-to-create-the-future-of-our-nation/#:~:text=Under%20the%20%E2%80%9CFamily%20Welfare%20Capital,all%20families%20C%20regardless%20of%20income.>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

15) THE CHILD Tax Credit. Casa Branca - Governo dos Estados Unidos da America, s.d. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/child-tax-credit/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

Prioridade 1 — Melhores condições de trabalho para quem tem ou quer formar família

1) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

2) INFORMALIDADE entre as mulheres é muito maior, diz pesquisador da Pnud. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4961404-informalidade-entre-as-mulheres-e-muito-maior-do-que-entre-os-homens-diz-fgv.html>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

3) MACHADO, Cecilia. PINHO NETO, Valdemar. The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil. Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17859/The_Labor_Market_Consequences_of_Maternity_Leave_Policies_Evidence_from_Brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

4) COSTA, J. S., BARBOSA, A. L. N. de H., & HECKSHER, M. (2021). Desigualdades no mercado de trabalho de pandemia da COVID-19. Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, v. 01, n.0, p. 1–12, abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.38116/bmt71/nta3>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

Prioridade 2 — Proteção da renda familiar

1) GOMES, Marcel. As distorções de uma carga tributária regressiva. Desafios do Desenvolvimento (IPEA), ed. 86, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3233>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

2) Notas Técnicas do Family Talks explicam a tributação sobre as famílias. Disponíveis em <<https://familytalks.org/wp-content/uploads/2021/06/nota-tecnica-002-2020-reforma-tributaria.pdf>>, <<https://familytalks.org/nota-tecnica-004-2020-splitting-familiar-no-imposto-de-renda-de-pessoa-fisica-do-brasil/>> e <<https://familytalks.org/nota-tecnica-005-2020-teto-de-beneficios-para-splitting-familiar/>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

3) CRIAR um filho até os 18 anos custa em média R\$ 441 mil. O Especialista, 2021. Disponível em: <<https://oespecialista.com.br/quanto-custa-criar-um-filho-no-brasil/>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

Eixo 2 — Vínculos e Educação

1) IMPLEMENTATION of the objectives of the International Year of the Family and its follow-up processes - Report of the Secretary-General. ONU, 2020. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N19/386/02/PDF/N1938602.pdf?OpenElement>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

2) BORGES, C. D., RIBEIRO SCHNEIDER, D. Vulnerabilidade, família e o uso de drogas: uma revisão integrativa de literatura. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 9-34, 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/44389>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

SCHENKER, Miriam. MINAYO, Maria Cecília de Souza. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. *Caderno de Saúde Pública*, v. 20, n. 03, jun de 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/9xB9njS9Pn8PcVJjr7hYGXC/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

SOCOL, K. L. S., TERRA, M. G., PADOIN, S. M. M., RIBEIRO, D. B., SIQUEIRA, D., F., CANABRRO, Janaina Lunardi. Motivos do abuso de substâncias psicoativas por mulheres assistidas em Centro de Atenção Psicossocial. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 39, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/TrhWVFvtKSqjGY9GnsYJMGp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

ZANOTI-JERONYMOL. VIGANÓ, Daniela. CARVALHO, Ana Maria Pimenta. Alcolismo parental e suas repercussões sobre crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. SMAD. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v.1, n.2, ago. 2005 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762005000200007>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

CAMBRON, C., KOSTERMAN, R., CATALANO, GUTTMANNOVA, Katarina. HAWKINS, J. David Hawkins. Neighborhood, Family, and Peer Factors Associated with Early Adolescent Smoking and Alcohol Use. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 47, p. 369–382, ago. 2018. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10964-017-0728-y>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

BARNES, G.M., WINDLE, M. Family factors in adolescent alcohol and drug abuse. *Pediatrician*, v. 14, p. 13-18, 01 Jan 1987. Disponível em: <<https://europepmc.org/article/med/3615298>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

JOKINEM, Tahir. ALEXANDER, Emma C. MANIKAM, Logan. HUQ, Tausif. PATIL, Priyanka. BENJUMEA, Darrin. DAS, Ishani Das. DAVIDSON, Leslie L. A Systematic Review of Household and Family Alcohol Use and Adolescent Behavioural Outcomes in Low- and Middle-Income Countries. *Child Psychiatry & Human Development*, v. 52, p. 554-570, 2021. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10578-020-01038-w>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

KOURGIANTAKIS, Toula. ASHCROFT, Rachelle. MOHAMUD, Faisa. FEARING, Gwendolyn. SANDERS, Jane Sanders. Family-Focused Practices in Addictions: A Scoping Review. *Journal of Social Work Practice in the Addictions*, v. 21, n. 1, p. 18-53, jan 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1533256X.2020.1870287>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

3) ZAPPE, Jana Gonçalves. DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 17, n. 3, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/LhHbkbPWdPjgf43jFXxShZf/?lang=pt>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

PREDEBON, Juliana. GIONGO, Cláudia. A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando em Família*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008> Acesso em 25 de Maio de 2022.

FIGUEIREDO, Sabrina. Desestruturação familiar e criminalidade juvenil: reflexões sobre uma possível relação à luz de abordagens interdisciplinares. *JUS*, 2020. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/79709/desestruturacao-familiar-e-criminalidade-juvenil>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

4) UNICEF. Cenário da Exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

5) BLONDAL, Kristjana Stella. ADALBJARNARDOTTIR, Sigrun. Parenting practices and school dropout: A longitudinal study. *Adolescence*, v. 44, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/43531748_Parenting_practices_and_school_dropout_A_longitudinal_study> Acesso em 25 de Maio de 2022.

PAUL, Ronak. RASHMI, Rashmi SRIVASTAVA. Does lack of parental involvement affect school dropout among Indian adolescents? Evidence from a panel study.

PLoS One, v. 16, mai 2021. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8109829/>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

FOLEY, Kelly. GALLIPOLI, Giovanni. GREEN David. A. Ability, Parental Valuation of Education, and the High School Dropout Decision. *The Journal of Human Resources, Wisconsin*, v. 49, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://jhr.uwpress.org/content/49/4/906.short>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

TSOLOU, Olympia, BABALIS, Thomas. The Contribution of Family Factors to Dropping Out of School in Greece. *Creative Education*, v. 11, n. 8, ago 2020. Disponível em: <<https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=102470>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

NGUYEN, Giang-Nguyen T. HAVARD, Byron. OTTO, Barbara. Parental Involvement and High School Dropout: Perspectives from Students, Parents, and Mathematics Teachers. *European Journal of Educational Research*, v. 11, n. 1, p. 469-480, jan. 2022. Disponível em: <<https://www.eu-jer.com/parental-involvement-and-high-school-dropout-perspectives-from-students-parents-and-mathematics-teachers>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

6) UMA em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. GLOBO, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

7) KRONBAUER, José Fernando Dresch. MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública da Universidade de São Paulo*, v. 38, p. 695-701. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/spsP4pVmDtSt7N5VGXWY5Wc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

8) BRITO, A. M., ZANETTA, D. M., MENDONÇA, R. C. V., BARISON, S. Z. P., ANDRADE, V. A. G. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 01, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/k7czgGsXLNddvw8fnj7-CXnm/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

HILDEBRAND, Natália. CELERI, Helena. MORCILLO, André. ZANOLLI, Maria de Lurdes. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 28, n. 2, P2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/Z3kbwM6w7wjQKVb5XPdMMhq/?lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

BARROS, Amailson. FREITAS, Maria de Fátima. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando em Família*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200009>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

OLIVEIRA, Dandara. PASSOS, Isabella. BARRETO, Kamila. COLARES, Viviane. Domestic violence in times of social isolation: An integrative review. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 03, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13343>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

9) SOUZA, Jacy. FREITAS, Maria Célia. QUEIROZ, Terezinha. Violência contra os idosos: análise documental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 60, p. 268-270, mai-jun 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/PXhg5WN8VCF53b5mDdsN3GH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

BARROS, Renata. LEAL, Márcia. MARQUES, Ana Paula. LINS, Maria Eduarda. Violência doméstica contra idosos assistidos na atenção básica. *Saúde Debate*, v. 43, n. 122, p. 793-804, jul-set 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/b3mNTPPVJskjRc4kPjmbSHq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

OLIVEIRA, Maria Liz. GOMES, Ana. AMARAL, Cláudia. SANTOS, Laysa. Características dos idosos vítimas de violência doméstica no Distrito Federal. *Rev. Brasileira Geriatria*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 555-566, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/BTrK6J3B4BVbWwrztTrsHCr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

MACHADO, Daniel. KIMURA, Miako. DUARTE, Yeda. LEBRÃO, Maria Lúcia. Violência contra idosos e qualidade de vida relacionada à saúde: estudo populacional no município de São Paulo, Brasil. *Ciência saúde coletiva*, v. 25, mar 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n3/1119-1128/pt/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

10) HILDEBRAND, Natália. CELERI, Helena. MORCILLO, André. ZANOLLI, Maria de Lurdes. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 28, n. 2, P2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/Z3kbwM6w7wjQKVb5XPdMMh-q/?lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

MEDEIROS, Mariana. ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Pesquisas em Estudos em Psicologia*, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38128/27578>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

NOAL, Débora da Silva. DAMÁSIO, Fabiana. FREITAS, Carlos Machado de. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: violência doméstica e familiar na COVID-19. Fiocruz, 2020. Cartilha. 22 p. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41121>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

SILVA, Ana. ALVES, Caroline. MACHADO, Gabriéli. MEINE, Isadora. SILVA, Renata. CARLESSO, Janaína. Domestic violence against women: sociocultural context and mental health of the victim. *Research, Society and Development*, v. 9, n.3, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2363>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

11) INVESTIMENTO em Saúde Mental cresceu quase 200%. Gov.br, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/investimento-em-saude-mental-cresceu-quase-200>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

12) Manual de Orientação - Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019-2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

13) OBESIDADE infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil. Gov.br, 2021. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil#:~:text=Obesidade%20infantil%20afeta%203%2C1,no%20Brasil%20%E2%80%94Portugu%C3%AAs%20\(Brasil\)>](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil#:~:text=Obesidade%20infantil%20afeta%203%2C1,no%20Brasil%20%E2%80%94Portugu%C3%AAs%20(Brasil)>)>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

14) DORNELLES, Aline. ANTON, Marcia. PIZZINATO, Adolfo. O papel da sociedade e da família na assistência ao sobrepeso e à obesidade infantil: percepção de trabalhadores da saúde em diferentes níveis de atenção. *Saúde Soc.* São Paulo, v.23, n.4, p.1275-1287, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/H9xy43YnMHLZnFxPjVysvVP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

WILHELM, Fernanda. LIMA, Jenniffer. SCHIRMER, Keyl. Obesidade infantil e a família: educadores emocionais e nutricionais dos filhos. *Psicologia Argumento*,

v. 25, p. 143–154, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/psicologia-argumento/article/view/19773>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

SOUZA E SILVA, Andrea. COELHO, Simone Côrtes. Obesidade infantil: influência de hábitos alimentares inadequados. Saúde e Ambiente, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/sare/article/view/613/0>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

FERREIRA, Bruna. COSTA, Ester. FONSECA, Maria Eduarda. SANTOS, Gérsika. Fatores associados à obesidade infantil: uma revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 23, 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/6955>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

15) APESAR de menor, fome ainda afeta o Brasil, aponta órgão da ONU. Gauchazh, 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/07/apesar-de-menor-fome-ainda-afeta-o-brasil-aponta-orgao-da-onu-cjybivpzw010h01poanth3n8l.html>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

16) SAWAYA, Ana Lydia. PELIANO, Anna Maria. ALBUQUERQUE, Maria Paula. DOMENE, Semíramis. A família e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Estudos Avançados, v. 33, n. 97, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/xHdcCvDg9qnzQRLVXK3X4YQ/?lang=pt>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

Prioridade 3 — Promoção da convivência familiar

1) OBESIDADE infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil. Gov.br, 2021. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil#:~:text=Obesidade%20infantil%20afeta%203%2C1,no%20Brasil%20%E2%80%94%20Portugu%C3%AAs%20\(Brasil\)](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil#:~:text=Obesidade%20infantil%20afeta%203%2C1,no%20Brasil%20%E2%80%94%20Portugu%C3%AAs%20(Brasil))>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

2) APESAR de menor, fome ainda afeta o Brasil, aponta órgão da ONU. Ghz, 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/07/apesar-de-menor-fome-ainda-afeta-o-brasil-aponta-orgao-da-onu-cjybivpzw010h01poanth3n8l.html>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

3) Manual de Orientação - Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019-2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fi-admin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

Prioridade 4 — Prevenção de riscos a partir da família

1) EVASÃO escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão - Instituto Unibanco, s.d. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

2) BOGENSCHNEIDER, Karen. JOHNSON, Carol. Family Involvement in Education: How Important Is It? What Can Legislators Do? Policy Institute for Family Impact Seminars: Wisconsin Family Impact Seminar Briefing Report, n. 20, p. 19-29, 2004. Disponível em: <https://www.purdue.edu/hhs/hdfs/fii/wp-content/uploads/2015/06/fia_brchapter_20c02.pdf>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

3) TOLEDO, Karina. Atenção dos pais pode reduzir risco de abuso de drogas na adolescência. FAPESP, 2017. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/atencao-dos-pais-pode-reduzir-risco-de-abuso-de-drogas-na-adolescencia/26569/#.~:text=%E2%80%9CA%20principal%20conclus%C3%A3o%20do%20estudo,e%20outras%20drogas%20na%20adolesc%C3%Aancia>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

4) <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/caseStudyChicago-YVPC.pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

5) WORKING with families to promote positive youth development and prevent youth violence. Centers for Disease Control and Prevention: The Chicago Center for Youth Violence Prevention (CCYVP), s.d. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/violenceprevention/intimatepartnerviolence/prevention.html>>. Acesso em 31 de Maio de 2022. RESPECT women – Preventing violence against women. World Health Organization, 6 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/WHO-RHR-18.19>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

6) Universal parenting support to prevent abuse and neglect: A policy call for national governments. UNICEF, s.d. Disponível em: <<https://www.unicef.org/media/111326/file/Universal-parenting-policy-note-EN.pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

Eixo 3 — Apoio ao Cuidado

1) ROUZET, D., et al. Fiscal challenges and inclusive growth in ageing societies. OECD Economic Policy Papers, No. 27, OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/c553d8d2-en>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

2) PROJEÇÕES indicam aceleração do envelhecimento dos brasileiros até 2100. IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38577&catid=10&Itemid=9>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

3) The Sandwich Generation, Pew Research Center, 2013. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/social-trends/2013/01/30/the-sandwich-generation/>> Acesso em 25 de Maio de 2022.

4) ADATI, Laura. CATTANEO, Umberto, ESQUIVEL, Valeria. VALARINO, Isabel. El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente. Organización Internacional do Trabalho, 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/W-CMS_737394/lang-es/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

5) MOSTAFA, Joana. Gênero, Cuidado e Previdência. Câmara dos Deputados, 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-006-19-previdencia-social/apresentacoes-em-eventos/JOANAgenero_prev_comissaoPEC06.pdf> Acesso em 25 de Maio de 2022.

6) CRIAR um filho até os 18 anos custa em média R\$ 441 mil. O Especialista, em 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://oespecialista.com.br/quanto-custa-criar-um-filho-no-brasil/>>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

7) ADATI, Laura. CATTANEO, Umberto, ESQUIVEL, Valeria. VALARINO, Isabel. El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente. OIT - Organização Internacional do Trabalho, 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/W-CMS_737394/lang-es/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

8) Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes. OCDE, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf> Acesso em 25 de Maio de 2022.

Prioridade 5 — Ampliação da rede de apoio para cuidar de crianças

1) MOSTAFA, Joana. Gênero, Cuidado e Previdência. Câmara dos Deputados, 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-006-19-previdencia-social/apresentacoes-em-eventos/JOANA-genero_prev_comissaoPEC06.pdf> Acesso em 25 de Maio de 2022.

2) Dados disponíveis na Base de Dados e Publicações Estatísticas do CEPAL, disponíveis em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=4&lang=es>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

Prioridade 6 — Garantia de cuidado adequado aos idosos

1) CAMARANO, Ana Amelia. BARBOSA, Pamela. Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando? Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões (IPEA), cap. 20, p. 479-514, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9146/1/Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20longa%20perman%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

2) VILAGARDA, Vicente. CAVICCHIOLI, Giorgia. O abandono dos idosos no Brasil. ISTO É, 2021. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-abandono-dos-idosos-no-brasil/>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

3) IBGE. Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro, 2021. 139p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2022.

4) ADATI, Laura. CATTANEO, Umberto, ESQUIVEL, Valeria. VALARINO, Isabel. El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente. Organización Internacional do Trabalho, 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/W-CMS_737394/lang-es/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2022.



-  @family.talks
-  /familytalksoficial
-  /FamilyTalks
-  /familytalks

Saiba mais sobre nosso trabalho em:

www.familytalks.org

Rua Sergipe, 475, conj. 110, Consolação

São Paulo – SP CEP 01228 100

+55 (11) 2626 4786

contato@familytalks.org